



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)**

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

FRANCISCA RAQUEL DE OLIVEIRA TEMOTEO

**MULHERES, CRIANÇAS E A REORGANIZAÇÃO
ESPACIAL:** observando as famílias e a circulação de crianças na comunidade
da Estrada Velha/Acarape-CE

Redenção-CE

2021

FRANCISCA RAQUEL DE OLIVEIRA TEMOTEO

**MULHERES, CRIANÇAS E A REORGANIZAÇÃO
ESPACIAL:** observando as famílias e a circulação de crianças na comunidade
da Estrada Velha/Acarape-CE

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito para obtenção do título de Bacharela em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora

Redenção-CE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Temoteo, Francisca Raquel de Oliveira.

T281m

Mulheres, crianças e a reorganização espacial: observando as famílias e a circulação de crianças na comunidade da Estrada Velha/Acarape-Ce / Francisca Raquel de Oliveira Temoteo. - Redenção, 2021.

69f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Britto Pólvora.

1. Circulação de crianças. 2. Famílias. 3. Reorganização espacial. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 331.31


FRANCISCA RAQUEL DE OLIVEIRA TEMOTEO

**MULHERES, CRIANÇAS E A REORGANIZAÇÃO
ESPACIAL:** observando as famílias e a circulação de crianças na comunidade
da Estrada Velha/Acarape-CE

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito para obtenção do título de Bacharela em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora

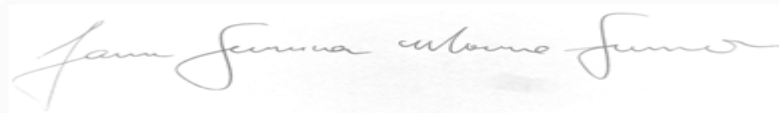
Banca examinadora



Prof.ª. Dra. Jacqueline Britto Pólvora (orientadora)



Prof.ª. Dr.ª Rosângela Ribeiro da Silva (Unilab)



Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior (Unilab)

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço as energias do universo, que muitos acreditam e colocam o nome de Deus ou outra entidade de acordo com suas religiões. As energias são todas aquelas que nos fazem ter forças para continuar a trilhar caminhos, sejam elas positivas e negativas, pois nem tudo nessa vida vem de graça. Agradeço assim, a esse universo enorme de infinitas possibilidades, que me fez enxergar a diversidade humana e não humana ao meu redor e me fez apreciar até os pequenos momentos perto de quem amamos sem se importar com o preconceito do outro. Jogo energias pro alto.

Também agradeço a toda minha família, em especial aos meus pais, que são de grande importância para minha vida, e que me ajudaram a me tornar o ser que sou. Eles que sempre insistiram e me instruíram para que sempre permanecesse estudando, onde sempre diziam que a única herança que me deixariam seria minha meus estudos. Meus pais não puderam continuar os estudos, por causa da situação financeira de cada um, mas deixaram bem claro a importância da educação escolar para os filhos. Seja pegando revistas e livros no lixo para trazer pra gente e também pela insistência em mandar-nos, mesmo com febre, pra escolinha. Respeito e admiração tenho por eles.

Compartilho esses agradecimentos aos meus amigos que fiz durante o ensino médio, e que mantenho laços de amizade até hoje. São eles Leidiane Ferreira (a corredora mais veloz de Itapiúna) e Glauber Peixoto, que me acolheu também em Redenção e que não me deixou desistir da faculdade, sempre me incentivando e descontraindo os momentos tensos da vida acadêmica. Agradeço também aos meus companheiros de residência, Talvane, Lucas, Emily, Werley, Márcia, Wanderson, Rafaela e Rafael, que se tornaram amigos que a Unilab me deu pra toda a vida. Foram com todos eles que compartilhei vivências e sonhos, na qual, sempre havia um incentivo mútuo para que todos procurassem realizar todos nossos objetivos, onde buscávamos forças uns aos outros para que cada um conseguisse alcançar suas metas. Agradeço pela existência de cada um em minha vida, na qual considero cada um como um novo(a) irmão(ã) que consegui no decorrer do tempo.

Destino esses agradecimentos as minhas pets, que tanto me ajudaram e me proporcionaram ótimos momentos que aliviaram essa incansável trajetória, e assim, dividimos momentos de felicidade e companheirismo que me motivou durante todo esse tempo. Em especial agradeço a Pinga-fogo, Gata Branca, Rajada, Anastácia, Jurema e Manteiguinha. Os animais te escolhem como família e te protegem.

Não posso deixar de agradecer também a reaPODERE, que me acolheu e recebeu como se fosse um membro da casa. Sempre demonstrando carinho e atenção com cada integrante. Uma rede de compartilhamentos do trabalho, mas também da vivência individual. Aprendi muito com cada um que está e passou pelo grupo, me fazendo questionar e se desconstruir e construir durante esses anos. Eles são responsáveis também pela Raquel que hoje está aqui. Em especial, quero agradecer ao coordenador do grupo, James Moura, que sempre esteve pronto a nos ouvir e nos aconselhar também fora da vida acadêmica. Nunca esquecerei da importância de cada palavra nos momentos de sufoco. Gratidão eterna a esse projeto.

Também não posso deixar de agradecer a instituição na qual me formei, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que me possibilitou a oportunidade de realizar minha graduação e me motivou a seguir minha vida acadêmica. Também agradeço a todo corpo docente que sempre se dedicou a repassar todo o conhecimento e a formar indivíduos capazes de pensar e ter uma visão de mundo mais nítida. Notadamente agradeço a minha professora e orientadora Jacqueline Pólvora, um exemplo de mulher e de profissional, na qual me espelho para seguir a carreira da docência. Ela que sempre esteve presente para tirar minhas dúvidas, e desembaraçar meus confusos pensamentos, assim se dedicando e me instruindo para tomar as decisões mais cabíveis.

RESUMO

Este trabalho tem como ponto de partida a pergunta sobre quais os motivos da circulação de crianças, o que fazem elas circularem por diversos ambientes, sejam entre casas e ruas, becos e estradas em uma comunidade interiorana do maciço de Baturité. O objetivo desse estudo é de pensar os atores sociais - mulheres, crianças e a comunidade - junto ao seu território. Por isso, para analisar esses três pontos, esta pesquisa se apoia em estudos da antropologia, história e psicologia, através de um resgate histórico da literatura sobre o percurso das modificações familiares, a circulação de crianças em comunidades pobres brasileiras e a reorganização espacial de ambientes periféricos, que estruturam este trabalho. E esse resgate, juntamente com as idas a campo, mostraram como as mudanças no espaço e no território afetaram a dinâmica da vida das mulheres e de suas crianças, demonstrando uma reorganização das atividades corriqueiras do dia-a-dia e dos espaços de brincadeiras, tendo, agora, novos e limites por onde as crianças podem circular. A metodologia utilizada trata-se em um primeiro ponto de uma pesquisa bibliográfica sobre núcleos familiares e a condição das mulheres na história europeia e brasileira. No segundo ponto, houve uma pesquisa descritiva e qualitativa na modalidade de etnografia e observação participante em campo. Onde pude observar, dialogar e analisar as condições da circulação de crianças e a vulnerabilidade socioeconômica dos moradores da comunidade com a reorganização do espaço.

Palavras-chave: Circulação de crianças. Famílias. Reorganização Espacial.

ABSTRAT

This work has as its starting point the question about the reasons for the movement of children, what makes them circulate in different environments, whether between houses and streets, alleys and roads in an interior community in the Baturité massif. The objective of this study is to think about the social actors - women, children and the community - together with their territory. Therefore, to analyze these three points, this research is based on studies of anthropology, history and psychology, through a historical rescue of the literature on the path of family changes, the circulation of children in poor Brazilian communities and the spatial reorganization of environments peripherals, which structure this work. And this recovery, together with the trips to the countryside, showed how changes in space and territory affected the dynamics of the lives of women and their children, showing a reorganization of everyday activities and play spaces, now having new and limits where children can move. The methodology used is, in a first point, a bibliographic research on family nuclei and the condition of women in European and Brazilian history. In the second point, there was a descriptive and qualitative research in the modality of ethnography and participant observation in the field. Where I could observe, dialogue and analyze the conditions of the movement of children and the socioeconomic vulnerability of the residents of the community with the reorganization of the space.

Keywords: Circulation of children. Families. Spatial reorganization.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1.....	12
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA SOBRE FAMÍLIA E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇA NA EUROPA MEDIEVAL E A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL COLÔNIA.....	12
1.1 A Europa de Ariés e Badinter em relação com a “única” forma de família existente e os primeiros passos da circulação infanto-juvenil	13
1.1.1 Mais fatores responsáveis pela circulação das crianças na Europa dos XV – XVIII	15
1.2 A invisibilidade histórica das mulheres no Brasil e as consequências diante da pobreza eminente	17
1.3 A chefia feminina no lar e a pobreza encontrada nas classes mais pobres do Brasil.....	25
1.4 A família e a criança como espelhos da comunidade	29
Capítulo 2.....	34
FAMÍLIAS POBRES E A DINAMICIDADE INFANTO-JUVENIL NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA/ACARAPE-CE	34
2.2 Os primeiros passos até o campo	36
2.3 Minhas primeiras impressões sobre o local.....	37
2.4 “O que vai ter hoje, tia? É só os adultos?”	43
2.4.1 Conhecendo um pouco das crianças e a demonstração de carinho delas.	44
2.5 O que a literatura diz sobre circulação infanto-juvenil, e minha observação participante	45
2.6 Descobrimos mais sobre a circulação infanto-juvenil através das mulheres da comunidade da Estrada Velha	49
Capítulo 3.....	52
REORGANIZAÇÃO ESPACIAL, OS CUIDADOS COM AS CRIANÇAS E (RE)EXISTIR ATRÁVES DAS BRINCADEIRAS	52
3.1 Processos de construção da duplicação CE – 060 e as implicações desta para os moradores	53
3.2 Reorganizando as brincadeiras e a preocupação das mulheres com as crianças	57
3.3 Resistir e (re)existir através da das brincadeiras na CE - 060	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema MULHERES, CRIANÇAS E A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL: observando as famílias e a circulação de crianças na comunidade da Estrada Velha/Acarape-CE. Este tema surgiu durante a inserção comunitária na comunidade da Estrada Velha em 2017, quando participei como extensionista voluntária do projeto reaPODERE. Naquela oportunidade, surgiram várias indagações que de certa maneira, eu precisava compreender como se dava determinados fenômenos dentro do território, e assim desvendar suas complexidades. Uma das indagações que me surgiram naquela época, eu incorporo aqui com o objetivo de analisá-la: por que as crianças circulam e por onde?

O primeiro contato que tive com o tema, foi a partir de algumas leituras que tratavam da família na Europa dos séculos XV – XVIII, como os preceitos que fundaram aquela ordem familiar chegaram ao Brasil e como suas transformações aconteceram no decorrer do tempo. Através dessas leituras, o corpo feminino foi aparecendo sob a perspectiva de julgamentos e preceitos das épocas. com isso, trago uma abordagem sobre as mulheres, colocando em foco o papel da mãe, com o propósito de explicar como se dão os processos de mudança no papel dentro do ceio familiar, examinando quem são e o que carregam consigo e os seus relatos de invisibilidade dentro da cultura brasileira. Durante a análise destas literaturas, procuro identificar onde estas mulheres, europeias e brasileiras, estão e como se colocam na organização do território e na chefia do lar. Trazendo autoras para enriquecer esse diálogo.

Ao fazer uma análise sócio histórica das famílias europeias e brasileiras dos séculos XVIII – XIX, veremos que os cuidados com as crianças aparecem tanto na família quanto quando só falamos da mulher. Essa infância é demonstrada em movimento desde os primeiros anos de vida na Europa que o historiador Ariés (1981) aborda, sendo levadas para aprenderem o trabalho doméstico em outras casas e/ou sendo amamentadas por amas-de-leite, trazendo uma discussão se há ou não amor a esta criança pela família, ou mais precisamente, pela mãe. Segundo Badinter (1985), essa tarefa permanece sempre com a mulher por causa dos discursos de “vocação natural” ecoados pela sociedade. O termo de vocação natural persegue as mulheres até os dias atuais brasileiro. Que no Brasil, essas mulheres durante o decorrer dos anos vão se adaptando diante ao abandono ou morte do companheiro, tendo que sustentar a casa, os filhos e parentes. A família extensa e a chefia feminina de lares convergem em um retrato das desigualdades brasileiras, político socioeconômico, principalmente em comunidades periféricas. É por este caminho que

chegamos na comunidade interiorana do maciço de Baturité, na cidade de Acarape, especificamente atrás da Unidade Acadêmica dos Palmares da Unilab, a comunidade da Estrada Velha.

O primeiro capítulo deste trabalho será ancorado na literatura sobre o percurso da família e da maternidade enquanto uma entidade patriarcal aos moldes europeus. Posteriormente, apontando que muito do modelo de família nuclear e os aspectos dos cuidados com as crianças, possuem uma essência própria antes de serem transportados para o Brasil, onde o núcleo familiar europeu iria trazer elementos de sua economia, política e normais sociais serviriam para influenciar a nossa cultura. No capítulo 2, faço uma como construção da linha de pensamento anterior sobre família nuclear e extensa, circulação de crianças e puxando os pontos sobre pobreza e mulher, a minha pesquisa em campo e o surgimento desses assuntos durante as idas semanais a comunidade da Estrada Velha/Acarape-CE como também a relação de pertencimento que os moradores/as tem com o local. Evidenciando e buscando responder o porquê de as crianças circularem. E, já no capítulo 3, como essa circulação é interrompida e modificada durante a construção da CE 060, trazendo a preocupação das mulheres com a nova pista e a falta de autonomia, por parte dos moradores/as, sobre suas próprias residências.

Utilizo, como principal apoio teórico nas discussões sobre família, circulação de crianças e reorganização espacial, os trabalhos da antropóloga Cláudia Fonseca. Esta autora debate as causas do fenômeno da circulação de crianças entre famílias pobres e as apresenta sob a ótica da sobrevivência, e com isso, a autora traz a existência e resistência de famílias e crianças marcadas pelo abandono por parte do Estado, o desamparo social, a ausência de direitos básicos na realidade dos centros urbanos do país.

Descrever por muitas vezes o que é familiar, demonstra ser um processo não tão fácil assim, é o que demonstra a literatura. Tendo como base os pioneiros da antropologia da escola de Chicago que encontraram “n” dificuldades para descrever o que é “familiar”. O desafio da antropologia urbana desta escola, foi o de alterar o estudo do “outro” (distante geograficamente) para o “próximo”, dentro das próprias cidades onde viviam, já que agora o meio urbano estava sendo seu foco principal. Começaram a surgir os estudos voltados ao aparecimento do aumento populacional no meio urbano, a violência e o vínculo destes temas com o surgimento de comunidades e famílias pobres:

[...]o interesse por questões urbanas surgiu em razão dos problemas advindos da rápida urbanização dessa cidade do centro-norte dos Estados Unidos e, mais especificamente, dos processos migratórios que para ela convergiam: o referencial interpretativo foi a Ecologia Humana e a preocupação inicial era com as “patologias sociais”, resultantes justamente das dificuldades e desafios para a inserção das levas de novos habitantes, principalmente do leste europeu, no novo e desconhecido meio. Apesar da denominação “sociológica” do departamento em que esses estudos eram realizados, na Universidade de Chicago, Ulf Hannerz (1986) se refere a alguns dos seus pesquisadores como os “etnógrafos de Chicago”, para ressaltar o caráter antropológico dos métodos de trabalho por eles empregados. (MAGNANI, 2012 p. 177)

Discussões sobre família nuclear, mulheres na história, reorganização espacial e suas consequências na vida da população pobre serão abordados neste trabalho em três capítulos até chegarmos na comunidade da Estrada Velha.

Recolocar estes em Acarape, que por muitas vezes, são deixados de lado tanto pelo poder público quando pela população de uma forma geral, faz com que este trabalho traga uma discussão social sobre pobreza, território e políticas públicas, utilizando-se da observação participante e de conversas obtidas em campo, entrevistas e observação participante durante o trabalho de campo.

Capítulo 1.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE FAMÍLIA E OS PRIMEIROS INDÍCIOS DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇA NA EUROPA MEDIEVAL E A SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL COLÔNIA.

Este capítulo se debruçará no percurso da família e da maternidade enquanto uma entidade patriarcal aos moldes europeus. Irei relatar o cenário na Europa dos séculos XV – XVIII, que o historiador Ariés (1981) e Badinter (1985) buscam elucidar, e, posteriormente, demonstrarei o Brasil Colônia com ênfase na situação feminina de invisibilidade e violência, até chegar aos dias atuais. Tudo isso, através de uma análise crítica e comparativa dos hábitos e costumes que cercavam a instituição familiar e seus sujeitos, mais precisamente a mulher e a criança.

E como bem nos lembra Fonseca (2004, p. 431) muita coisa acontecia no Brasil durante o XIX, onde tivemos a intensificação das greves operárias, expondo as más condições de trabalho da classe trabalhadora; o começo da industrialização perante a velha oligarquia agrícola; a Semana de Arte Moderna, que marcava uma evidente tentativa de afastamento da cultura europeia.

“[Q]uanta coisa acontecia nessa época! A República do Brasil estava em plena consolidação. Com a Semana de Arte Moderna de 1922, os intelectuais e dirigentes estavam enfim declarando sua independência cultural, afastando-se da elite europeia para procurar uma identidade nacional através da aproximação com o “povo” brasileiro.” As greves operárias, intensificadas entre 1917 e 1919, mostraram que a parte proletária desse “povo”, composta em grande medida de imigrantes – italianos em São Paulo, alemães no Rio Grande do Sul – não queria mais aceitar passivamente as condições deploráveis nas quais trabalhavam: vigilância taylorista nas fábricas com multas mirabolantes para quem infringisse as regras, jornadas de 12 horas, apenas meio dia de repouso por semana, salários de fome. Acontecimentos, tais como a Revolução dos Tenentes, a fraqueza do presidente Artur Bernardes, a fundação do PC, mostravam que a velha oligarquia agrícola cedia diante de uma jovem nação em plena fase de industrialização.” (FONSECA, 2004, p. 431)

Uma questão que devo esclarecer antes de iniciar o texto, é que não conseguirei abarcar todos os anos dentro dos séculos XV – XVIII, entendo que o trabalho ficaria imenso e, por tanto, tomo a analisar e dispor os pontos cruciais que envolvem a família nuclear e a circulação de crianças nesse período.

1.1 A Europa de Ariés e Badinter em relação com a “única” forma de família existente e os primeiros passos da circulação infanto-juvenil

Nos séculos XVI e XVII na Europa, a família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança. Como aponta o historiador Ariés (1981, p. 215), “é significativo que nessa mesma época tenham ocorrido mudanças importantes na atitude da família para com a criança”. Segundo o autor, ainda na Inglaterra do século XV, as crianças eram tratadas como mão de obra para o trabalho, seja qual fosse sua “fortuna” nas casas de outras pessoas a partir dos 7 e 8 anos, tanto meninas quanto meninos, para fazerem os serviços pesados, assim eram chamados de aprendizes. E permaneciam nestes novos lares até os 14 a 15 anos de idade.

Esse tratamento era dado com a justificativa que seus filhos/as tivessem boas maneiras. Em contrapartida, séculos atrás, Ariés (1981) traz que já se tinha notícias dessa prática, relatando que um pai havia confiado seus dois filhos menores ao mais velho de seus irmãos que não residia na mesma casa. Isso demonstra que o hábito de entregar as crianças a famílias estranhas não era algo a ser feito, pois a criança deveria permanecer naquele ambiente ainda familiar. Ainda de acordo com o historiador, era através do serviço doméstico que o “mestre” transmitia a uma criança, que não era seu filho, os conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. E vale ressaltar que Ariés (1981), não demonstra uma pluralidade, trazendo, por muitas vezes, uma ideia homogeneia de infância, colocando que essa circulação da criança era um hábito presente em todas as classes sociais da época, sem se aprofundar na criança de cada classe para apresentar esse hábito.

As crianças aprendiam a viver através do contato no dia a dia, seja nas casas de outras famílias, no trabalho com adultos – tavernas – e na escola. Contudo, a família não podia, nessa época, alimentar um sentimento de amor, uma ligação. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos. Ao contrário, eles se preocupavam com suas crias mais do que com elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer para a família, contudo, não poderia ser demonstrado. Ainda de acordo com Ariés (1981), havia uma diferença entre as famílias mais pobres e as mais ricas:

“[a] família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (às vezes nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem beira, verdadeiros mendigos).” (ARIÉS, 1981, p. 6)

Já nas classes mais ricas, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, e a honra do nome. Nesse sentido, vemos que a família quase não existia sentimentalmente entre os menos afortunados, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se repetia no mesmo sentido provocado pelas antigas relações de linhagem. Só a partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam. Isso devido a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto e de não os abandonar mais, mesmo que temporariamente, aos cuidados de uma outra família. Deste modo surgiu a frequência escolar. Assim, nessa época em diante, a educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola. Ela deixou de ser reservada às casas de outras famílias para se tornar a passagem do estado da infância ao do adulto, agora sobre os cuidados da igreja católica.

No século seguinte, XVI, houve uma mudança no comportamento e na ideologia familiar, a das classes dominantes que ainda sobrevivia nos demais estratos sociais. Segundo Badinter (1985), deveríamos acreditar não só na literatura, na filosofia e na teologia da época, mas também nas práticas educativas e nas estatísticas de que hoje dispomos, constatamos que, na realidade, a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno.

Segundo o historiador Heywood (2004 *apud* Moura 2015) destaca que a infância como pesquisa histórica é algo extremamente relativo e contraditório, pois não há uma evidência concreta sobre um perfil único da criança ao decorrer da história da humanidade, como consta abaixo:

“A natureza contraditória das idéias e emoções relacionadas à infância é como um fio que percorre a literatura histórica. É impressionante a frequência com as palavras ambivalência e ambigüidade aparecem em relação a períodos muito diferentes da história, o que pode não surpreender se partirmos do pressuposto de que as sociedades tendem a abrigar concepções conflitantes a respeito da infância.” (HEYWOOD 2004, p. 49 *apud* MOURA 2015, p. 22)

E essa questão abordada por Heywood (2004) traz facetas da infância na Europa, na qual não devemos apenas observar uma criança e afirmar que todas são iguais, reforçando a crítica feita a Ariés, que apresenta uma infância única. Sobre o sentimento da família para a criança, os estudos como o de Ariés (1981) e Badinter (1985) apontavam para que havia sentimento pela criança, porém não poderia ser demonstrado de forma mais “calorosa” em sociedade/casa, era preciso ser frio e distante para educar melhor o/a filho/a.

Destaco aqui um recorte de gênero no que diz respeito a educação nessa época. Mesmo antes do século XVIII e XIX, a escola para as meninas era algo ainda distante. Elas,

com exceção de algumas que eram enviadas para conventos, em sua maioria eram educadas em casa ou na casa de algum parente ou vizinha, para aprender os costumes e práticas de cuidar do lar. A educação, nesses moldes, ainda não havia atingido todas as classes. Badinter (1985, p. 60), relata que umas das formas de controlar o corpo feminino, mesmo ele sendo infantil, era a de que todos os atos do dia sejam acompanhados de uma prece quase contínua, assim elas eram doutrinadas a não tocar, sentir e questionar seus corpos e as ordens que eram dadas a elas.

Nota-se aqui que quando se diz respeito ao sexo feminino, a ideia é que seja, essencialmente, inferior ao homem, independentemente de sua idade. Segundo Badinter (1985, p. 31), a mulher é desvalorizada pois, de acordo com as representações católicas, a mulher encarna o profano - contrariamente ao homem, que é sinônimo de pensamento e de inteligência -, a mulher é igualmente considerada personagem secundária no seio da sociedade:

“[S]emelhante à terra que precisa ser semeada, seu único mérito é ser um bom ventre. Como é dotada de uma frágil capacidade de deliberação, o filósofo deduz logicamente que sua opinião não é digna de consideração. A única virtude moral que lhe reconhecia era a de "vencer a dificuldade de obedecer". Sua honra residia num "modesto silêncio”” (1985, p. 31)

Podemos assim adentrar e abordar uma sociedade desigual, onde condena o corpo feminino e exalta a obediência dessa no silêncio. Isso não nos pode surpreender, quando sabemos a trajetória da luta feminista que vemos no século XXI, a de que a mulher é dona do seu próprio corpo, pela discriminação e pelos Direitos Humanos.

De tudo isso, atentemos para o fato da ausência do amor como valor familiar e social no período dessa narrativa, até o momento, que antecede a metade do século XVIII. Os autores não estão negando a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhes são conferidas.

1.1.1 Mais fatores responsáveis pela circulação das crianças na Europa dos XV – XVIII

Outro assunto que era bem recorrente nas narrativas europeias, era a higiene ou a falta dela. Heywood (2002), aborda em seu texto questões como a da higiene ligada a mortalidade infantil dos séculos em questão. O que diz respeito as condições da vivência, muitas vezes, precárias, o que tornava o índice de mortalidade infantil muito alto.

“Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.” (HEYWOOD, 2002, p.87)

Mas tarde o autor justifica essa tese sobre o preceito de que a família, para não sofrer com a morte do bebê, pois era comum devido a insalubridade a criança morrer pouco antes dos dois anos de idade, então os pais não se apegavam a ele nesse período. Porém, em forma de revisão aqui, as crianças não eram separadas da família só quando ficavam maiores. Como nos fala Badinter (1985, p. 65) muito antes, quando as mães não tinham leite materno para dar aos seus filhos, as crianças eram encaminhadas a amas-de-leite. Mulheres que moravam em outra vizinhança e se dispunham a esse trabalho. Esse era o primeiro deslocamento da criança para longe da família. O fato de que a criança não tinha como ser amamentada no seio da família, era comum. E quem fazia isso? De acordo com Badinter (1985, p. 69), os de classe média, nobres e burgueses, entregavam suas crianças às amas-de-leite até o fim do século XIX, ou seja, até o momento em que os progressos da higiene e da assepsia permitiram utilizar sem riscos o leite animal.

“(…)o leque social das crianças entregues a amas abria-se muito, indo da burguesia às classes populares, do conselheiro da corte aos operários. Apenas a nobreza e a alta burguesia quase não estavam representadas, pois essas famílias preferiam o sistema de contratar amas de leite a domicílio.” (BADINTER, 1985, p. 69)

Afinal segundo Ariés (1981, p. 237), dar o leite de vaca era uma afronta e um declínio social. No entanto, uma mudança significativa ocorreu nesse meio tempo: a ama passou a se deslocar e morar na casa da família, e a família, por sua vez, passou a se recusar a separar-se dos bebês. Ou seja, em consequência, cada vez que uma mãe não poderia, por alguma circunstância, amamentar seu bebê, duas crianças seriam privadas do leite materno. Podemos ver um reflexo dessa atitude tanto no período escravista e nos dias atuais do século XXI no Brasil, onde mulheres pobres, e em sua maioria negras, vão trabalhar na casa de famílias mais ricas, e por consequência, para suprir suas jornadas, acabam deixando seus filhos com parentes, amigos e vizinhos.

Ariès (1981) explica que a concepção atual da infância vem evoluindo e se desenvolvendo desde o século XV e várias mudanças foram registradas no final desse mesmo século. Assim, depois dessa exposição cabe pensar em como esses conceitos europeus apareceram e se instauraram no Brasil da mesma época. Pontos importantes a serem abordados são como era o tratamento com a mulher e a criança.

1.2 A invisibilidade histórica das mulheres no Brasil e as consequências diante da pobreza eminente

Nas sessões anteriores deste capítulo, houve uma descrição da família na Europa do fim da idade média e o período do renascimento (séc. XV – XVIII), onde vimos os diferentes entendimentos sobre a mulher dentro da família nuclear e os movimentos da criança crescimento em ambientes diferentes a dos seus genitores e o momento que ela volta para casa. Neste ponto, continuarei a discutir a figura da mulher no Brasil e as influências em seu comportamento vindas da Europa. Trarei uma perspectiva da figura da mulher no Brasil Colonial, sec. XVI - XIX, onde já se tem mais material na historiografia escrita por autoras brasileiras, como Dias, Del Priori (1993), Rago e Fonseca (2004; 2006; 1995)

Durante o Período Colonial no Brasil, uma série de fatores se formaram, conferindo as mulheres uma situação específica na sociedade que então se constituía. A situação se desenvolvia em um período de cruzamento de diferentes grupos sociais, havendo discussões entre visões de mundo diferentes, costumes e crenças marcados pela alteridade foram dando início a condição da mulher que então se organizava na Terra de Santa Cruz. Ou seja, a condição feminina fora marcada, segundo Del Priori (1993), pelo caráter exploratório da Empresa Portuguesa no Brasil, do século XVI - XVIII:

“História de mulheres nesta colônia brasileira, está de igualmente uma história de complementaridades, na qual as mulheres revelam as estratégias informais com que participaram na empresa de colonização. Resistência ou renúncia, fervor e potência mediarão a relação das populações femininas com a Igreja ou com os desígnios do Estado Português, explicitando-se em práticas sociais, discursos literários ou reprodução do seu universo.” (DEL PRIORI, 1993, p. 6)

Assim, de acordo com Lima (2019), o processo de “adestramento” pelo qual passaram as mulheres neste período foi acionado através de dois instrumentos de ação. O primeiro, um discurso sobre padrões ideais de comportamento, vindos da Metrópole. Esse discurso foi fertilizado sobre toda a atividade religiosa exercida na até então Colônia, dando especial tom normativo aos sermões dominicais, as palavras ditas pelo padre no confessionário, às regras das confrarias e irmandades, aos contos populares, toda uma corrente de estratégias criadas por homens para subordinar e guardar a mulher no privado.

Um ponto a destacar é que esse movimento de mudanças acontece não só com a mulher. As mudanças que se refletem na sociedade são de separar as crianças por idade nas escolas, e também confinando loucos e pobres, além de isolaram os (agora) LGBTs. Era algo que, segundo Del Priori (1993), se tornava mera convergência social, um cotidiano. Contudo,

“os moldes da interdependência estreita entre as estruturas sociais e aquelas sexuais e emocionais mostravam que os comportamentos femininos não podiam estar dissociados de uma estrutura global” (p. 27). Ou seja, adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório. Sendo assim, um dos instrumentos utilizados para a domesticação da mulher foi o discurso normativo do médico sobre o funcionamento do corpo feminino. O que vai nos explicar Rago (1985, p. 76),

“[o]s médicos propunham, então, que as mulheres fossem convencidas de sua "vocação natural" para a maternidade e aconselhadas sobre os perigos que a criana alimentada fora do seio materno poderia sofrer.” (RAGO, 1985, p. 76)

Esses discursos eram recorrentes em textos que tentam explicar o processo que passou a mulher em sociedade. Eles davam apoio ao religioso na medida em que cientificamente se afirmava que a funo natural da mulher era a procriao. Todavia, de acordo com Del Priori (1993), como estas mulheres vinham sendo obrigadas a adotar esses discursos, que se transformavam em normas culturais e os constrangimentos impostos, viram na maternidade uma forma de resistência ao controle masculino. Assim, essa exaltao da mãe sagrada ou pecadora, t pica nestes tempos de reformas religiosas, serviu, pelo menos em col nias, para uma reviravolta da mulher contra uma sociedade misógina.

Segundo Silva (2018), a maternidade, mesmo com suas armadilhas, foi o refúgio onde as mulheres se defenderam da explorao doméstica e sexual, do abandono e da solidão em que viveram nas duras condioes materiais de vida dos tempos coloniais. Podemos dizer que, as mulheres na Colônia inseriam-se num quadro mental e social que acompanhava, mesmo que   distância, várias transformaoes que se tinham produzido no Velho Mundo.

“[...]O fato é que, ao voltar-se para a história do discurso normatizador da maternidade e seu Impacto sobre práticas tradicionais femininas, a autora enfatiza a persistência de uma cultura propriamente feminina, caseira, reclusa e doméstica, que valoriza enquanto resistência das mulheres face ao discurso da Igreja e do Estado.” (DIAS, 1993, p. 483)

De acordo com Del Priori (1993, p. 37), a injeo dessas transformaoes no dia-a-dia das populaoes foi grandemente facilitada pela emergência da devoo pessoal. O hábito das demonstraoes pessoais de f , nascido da interiorizao da vida social e familiar, passava a imagem do fiel e da devoo, de um lar em paz sob a vista de Nossa Senhora e da f    igreja católica. Continua a autora,

“[...]a veneração a mulher e o medo masculino contrabalançaram-se ao longo das transformações sofridas pelas diversas sociedades humanas. Neste quadro, a maternidade teria sempre significado um mistério profundo. O medo que a mulher inspiraria ao outro sexo viria deste mistério, fonte de terrores, tabus e mitos, e que fazia do corpo feminino "o santuário do estranho" e do singular. A mulher parecia-se com a ponta de um continente submerso do qual nada se sabia. Ao mesmo tempo capaz de atrair e seduzir os homens, ela os repelia através de seu ciclo menstrual, seus cheiros, secreções e sucos, as expulsões do parto. Estas impurezas cercavam a mulher de interdições e ritos purificatórios.” (DEL PRIORI, 1993, p. 37)

Com isso, vemos todo um comportamento relativo à vida privada e que se tinha instalado na Europa Clássica, empurrando as populações femininas para os novos valores domésticos, a valorização da vida familiar e, atrelada à esta, as crianças. Sendo agora, colocadas para a população feminina brasileira. Havia, portanto, regras muito fortes de inspiração para que se pautasse a condição feminina através de códigos e modelos. Assim sendo, tentou-se apreender e adaptar a vida colonial a estas mesmas normas, pois, segundo Del Priori (1993), foi aí mesmo, no "trópico dos pecados" (p. 20), é que estes preceitos de rigidez e privação tinham maior necessidade de serem aplicados.

Como nos diz Dias (1983, p. 31), já no século a partir do século XVIII “até as vésperas da Abolição, envolvia uma população maioritariamente feminina e, no entanto, poucas mulheres aparecem nas histórias da cidade” Por que invisibilizá-las? Um dos fatores pra essa ação é que as mulheres representavam a movimentação da população mais carente, em um momento em que havia uma crescente economia dos proprietários de terras. Falar sobre elas, significava falar da pobreza escancarada nas ruas, becos, cortiços... A urbanização se consolidava como um processo secundário e marginalizado, acompanhada do aumento da pobreza e da população nas ruas. Dias (1983) ressalva que eram justamente nestes espaços que as mulheres pobres, livres, forras e escravas, circulavam e improvisavam sua sobrevivência precária.

“Sob o pano de fundo destas formas sociais transitórias é que se articulam papéis femininos propriamente históricos, de improvisação, mudança e vir a ser, dificilmente adaptáveis aos padrões hegemônicos de comportamento das mulheres das classes dominantes, e que pouco têm a ver com a identidade abstrata do conceito de "condição feminina", como se pudesse existir, universal e fixa.” (DIAS, 1983, p. 32)

Podemos assim pensar que a mulher ao longo da história das transformações estruturais brasileiras, se via presa em ambientes e preceitos religiosos, senão, ocupando espaços a margem da civilização ou do que seria civilizatório. Estas mulheres invisibilizadas/esquecidas pelos livros de história e pelos historiadores da época, carregavam

consigo uma imagem proibida de ser exportada, a pobreza, cor e os abusos sofridos, sendo também excluídos do seio família nuclear.

Falando do núcleo familiar, tem-se uma relação pedagógica e existencialista de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. Aponta Rago (1985, p. 68), que a ideia era a de que [...] O pai, o marido, o líder, devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido”. Assim, a figura da mulher aparece associada a infantilidade, o que sugere a medida em que ela é infantilizada através da imagem de desamparo, de incapacidade de pensar e de agir, frágil por natureza. Continua Rago (1985, p. 68), que a “(...) imagem da mãe-sacrifício e da criança-inocência completam-se numa mesma construção simbólica.” Podemos assim, entrar no que diz respeito ao trabalho e suas condições, na qual vão imprimir a inferioridade da mulher. A autora aponta que no debate que se estabelece na Câmara Federal sobre as condições do trabalho industrial da mulher e da criança, tendo em vista sua regulamentação e a elaboração da Legislação Social, em 1919, vários deputados colocaram-se contra o trabalho da mulher e das crianças, em defesa da moralidade familiar:

“Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência.” (RAGO, 1985 p. 69)

Nota-se que as medidas da legislação referentes ao trabalho feminino são sobre a reprodução e cuidados com o lar, onde a mulher teria uma influência e poder, e não sobre as condições absurdas do trabalho. De acordo com Rago (1985), as mulheres eram proibidas de trabalhar no período da noite. Já em 1923, “o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de trinta dias, antes e após o parto, e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho.” (p. 69)

Assim, tanto na legislação trabalhista quanto no relatório operário, a mulher carrega os discursos dos médicos que validam a sua censura, emoções e irracionalidade. Mesmo que em textos da própria Rago (1985) e da historiadora Juliana Bezerra¹, que demonstra a trajetória das lutas feministas desde o século XIX no Brasil, revelem que as mulheres participaram e participam em peso das mobilizações políticas. Muitas paralisaram as fábricas e lutaram por

¹ Feminismo no Brasil. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/#:~:text=O%20movimento%20feminista%20no%20Brasil,das%20mulheres%20ao%20dos%20homens.>

direitos básicos. E hoje em dia, mesmo com um percurso de lutas, continuamos a sermos diminuídas e pautadas em normas ditadas pelas classes dominantes, patriarcado e de homens cientistas.

“Acredito que mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário, afirmou.” (RAGO, 1985, p. 73)

Dias (1983), vai falar bastante sobre a condição da mulher no trabalho, nas ruas, como resultado desse boicote sofrido nas fábricas. Ela nos diz que,

“Branças pobres, escravas e forras faziam o comércio menos considerado, que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo, nas ruas delimitadas pela câmara, nas casinhas da rua da Quitanda Velha, na ladeira do Carmo, chamado "o buracão", na rua do Cotovelo (1800) [...]. Entre a igreja da Misericórdia e a do Rosário, as quitandeiras espalhavam pelo chão trastes de um pequeno comércio de vintens, que foi aos poucos tomando, becos e travessas, entre a rua do Rosário e a rua do Comércio: beco do inferno, da cachaça... a ponto de se queixarem dele os comerciantes da rua Direita, estabelecidos em suas lojas, reclamando principalmente da sujeira, dos mosquitos e dos maus cheiros [...].” (DIAS, 1983, p. 33)

Como um resultado desse encarceramento e exclusão de atividades das mulheres pelas cidades, inclusive, voltadas a educação escolar, resulta na totalidade das mulheres pobres de São Paulo neste período serem analfabetas. De acordo com Dias (1983), essas mulheres assinavam em geral os documentos com uma cruz ou "a rogo", deixando-se substituir por terceiro. Uma das notas que a autora traz é que existia nesse período uma parcela significativa de mulheres, na cidade de São Paulo, viviam sozinhas, muitas delas eram concubinas² e mães solteiras. Como salienta Dias (1983), várias causas e fatores contribuía para gerar e multiplicar em São Paulo os lares chefiados por mulheres sozinhas, todos intrinsecamente enredados na própria estrutura global da sociedade. Tratava-se, antes de qualquer coisa, de um processo de multiplicação da pobreza que acompanhava, principalmente, na cidade, o crescimento da população, sob um pano de fundo de estagnação econômica.

No caso dos homens, nesta época eles tratavam de manter empregos itinerantes, pois se tinha como ideário viagens e desbravações, ou seja, o marido não permanecia muito tempo em casa com a esposa e filhos. E nos disseres de Fonseca (2004, p. 432) “A incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono.”. Deste modo, o fenômeno das mulheres

² <https://www.migalhas.com.br/depeso/45925/o-concubinatosob-uma-perspectiva-historica-antiguidade>. Acesso em: 8 mar de 2020.

sós não decorreria somente da ausência dos homens no lar, mas também sobre a ótica do que seria tarefa de um sexo e de outro, agravada ainda mais pelo costume dos casamentos de idades desiguais, que multiplicava viúvas muito jovens de maridos vinte ou trinta anos mais velhos. Sobreviver com essa condição neste cenário, era para poucas.

Dias (1983) vai nos guiando e mostrando a realidade da época, sem esquecer que ela fala de São Paulo, e nos mostra uma peculiaridade destas mulheres, comparado com o mesmo fenômeno em Minas Gerais,

“é a presença de uma maioria de brancas pobres, como a sugerir um processo contínuo de mobilidade social descendente no seio das classes dominantes. Em Minas, o povoamento inicial foi feito com a ausência quase total de mulheres brancas, de modo a gerar, em fins do século XVIII, uma população urbana de mulheres forras mestiças. Em São Paulo, tanto num levantamento nos maços de 1804, quanto no de 1836, multiplicavam-se as brancas sem dotes, vivendo em casamentos de uso costumeiro, sucessivos concubinatos, muitas delas mães solteiras.” (DIAS, 1983, p. 37)

O cenário na época era de uma sociedade escravista e com a economia voltada à exportação e consumo, tanto de produtos como o café, quanto de escravizados. Já o doméstico, era colocado a margem da sociedade, não havendo valor, economicamente falando, pois se tinha aí a figura feminina no domínio. É por isso que em grande parte estudos feministas são silenciados ou omitidos nos documentos escritos esses espaços intelectuais.

Dias (1983) traz em seus estudos estas mulheres pobres, negras, socialmente excluídas, que não tem amparos para guiá-las ou meios “socialmente aceitos” para o sustento da casa e dos agregados. Estas mulheres estarão e estão em documentos de forma minuciosa, rápida e colocada sem importância: “[s]e os papéis informais são dificilmente captados por antropólogos menos avisados, em suas pesquisas de campo (37), quanto mais não o são para historiadores limitados às fontes escritas!” (p. 42). Resgatar e trazer estas mulheres “invisíveis” é um desafio.

Continua Dias (1983), mostrar essas vivências e integrar estas mulheres a história, significaria reconhecer o desemprego estrutural, “fenômeno amplo e bem conhecido, que afeta de modo específico a força de trabalho feminina” (p. 45). E como traz Fonseca (2004, p. 434) as mulheres, mesmo com trabalhos de lavadeiras, engomadeiras, amas-de-leite, passavam pela ocultação e minimização de seus empregos:

“[a] pesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como

profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia.” (FONSECA, 2004, p. 434)

Trazer à tona em estudos as formas de trabalho temporário e quem é assujeitado a elas, demonstra mais uma luta diária de sobrevivência, e não relacionado a gastos altos e casas bem estruturadas. Podemos dizer que, dá corpo e voz a essas silhuetas femininas, até então vazias, é restituir a história e a memória social sobre o desemprego, racismo, sexismo e as formas de manter a pirâmide de hierarquia intactos, que ainda se mantem na sociedade brasileira de hoje. Segundo Rago (1985), as mulheres configuram um poder – mesmo que não muito divulgado - que vem se acentuando desde o início do século XIX, pois em um período em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida possível, elas foram as principais responsáveis por pedidos de anulação do matrimônio.

“[...]Várias substituíram os maridos ausentes ou falecidos na administração das fazendas, dos pequenos negócios e da própria casa, enfrentando todo tipo de pressões, insurgindo-se contra o pagamento de impostos, denunciando publicamente a elevação exagerada de preços de gêneros alimentícios, e assim por diante.” (RAGO, 1985, p. 74)

Discutindo sobre as diversas formas de resistência feminina e como elas se apresentam, Rago (1985) nos lembra de que não se trata de querer recuperar uma imagem heroica e romantizar nossas batalhas e conquistas, “uma vez que em grande parte ela também foi conivente com a construção, ou pelo menos com a aceitação da representação romântica da ‘esposa-mãe-dona-de-casa’” (p. 74). O que se coloca, no entender da autora, é a necessidade de apreender as diversas formas que a mulheres resistiram no decorrer dos processos do público e do privado, do assujeitamento, da violência e da desvalorização do seu trabalho.

Recapitulando que os discursos da moral que vão datar da época de 1890 – 1930 no Brasil e nos quais Rago (1985, p. 80) se detém falam do nascimento da “nova mãe” e como esta deve estar em casa, preservar o lar, obedecer ao marido e a lei, pois assim a família nuclear moderna poderia ser criada e mantida. Em consonância a isso, Fonseca (2004, p. 436), nos diz que essa ideia de

“[...] família conjugal só veio a se consolidar no início do século XX, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária.” (FONSECA, 2004, p. 436)

Essa forma se caracteriza como persuasão para se manter uma família que já não se sustentava mais nos moldes brasileiros de precariedade salarial, de empregos e de abandono

paterno do lar. Percebe-se ainda que, mesmo com uma estrutura fraturada de família nuclear, a hierarquia imposta pelo patriarcado continuava a gerar a economia do país e a direcionar a carga de responsabilidades para se ter uma família perfeita para as mulheres. Era uma carga emocional grande, pois se houvesse desentendimentos, brigas, divórcio, o filho fosse pelo caminho errado, tudo isso seria culpa da mulher. A casa seria seu único lar. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação.

Com isso, vemos que a valorização do papel materno era colocado pelo saber médico desde meados do século XV – XVIII na Europa de acordo com Badinter (1985), e no Brasil 1890 – 1930, como aponta Rago (1985), onde procuravam persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento puro e sagrado, a maternidade e a educação da criança representam a sua “vocação natural”. Todavia, quando mulheres casadas ou não, carregam no imaginário social a sensualidade, o pecado – de acordo com os discursos religiosos, e, principalmente, a que trabalha com o sexo, serão sempre associadas a figura do mal, a que corrompe o homem e desestrutura o lar. Assim, serão contestadas no discurso burguês duas figuras femininas de extremos, mas complementares:

“[...] a santa assexuada mas mãe, que deu origem ao homem salvador da humanidade, que padece no paraíso do lar e esquece-se abnegadamente dos prazeres da vida mundana, e a pecadora diabólica, que atrai para as seduções infernais do submundo os jovens e maridos insatisfeitos.” (RAGO, 1985, p. 83)

E como isso vai se enquadrar no Brasil? Quem são as mulheres de bem e as diabólicas? Partindo do contexto de colonização do país, as mulheres, como diz Leite (1984), que vão corromper a nação, são as negras e mulatas escravizadas no Brasil Colônia, e também presentes nas ruas das cidades. Muitas morando em cortiços, nas ruas, em boates... elas representam uma parcela significativa de massa feminina. Muitas destas mulheres vão aparecer nos estudos e músicas feitas por homens, rapidamente, uma simples pincelada ou, que é o mais provável, o local boêmio de diversão e sexo, carregado por romantismo e palavras bonitas afim de descrever os abusos e sofrimentos destas mulheres.

“Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação.” (Davis, 2016, p. 23)

A importância de estudos voltados para esclarecer a luta de mulheres negras, escravizadas vem à tona com discursos de mulheres para mulheres, como é colocado por

Davis (2016) e por Leite (1984), que estes corpos eram definidos como servidão e trabalho sexual. A autora aponta que eram a diversão dos homens casados com mulheres brancas - na qual estas mulheres brancas estavam administrando a casa e preservando a família nuclear através do silenciamento diante as aventuras do marido.

Rago (1985) faz uma observação pertinente, e que muitas vezes é visto como justificativa para o homem que se relaciona com a prostituta, pois esta mulher pobre que se prostitui necessitaria do apoio financeiro das classes dominantes para ajudar a sobrevivência, precisaria dos cuidados do homem. Trabalhando esse romantismo, esta mulher seria e é descrita como “uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade” (p. 87). Vale ressaltar como o instinto de sobrevivência se sobrepõe ao da miséria econômica na explicação das causas da prostituição. Para Fonseca (2004, p. 445-446) os estudos de “historiadores e antropólogos têm demonstrado repetidamente que, para a mulher jovem e bonita, em tais circunstâncias a prostituição soa como opção nada desprezível.” [...] “Para a mãe viúva, o artesão desempregado e o imigrante pobre, prostituição não era uma violação da retidão moral, mas, sim, um elemento indispensável da economia familiar”.

Podemos assim notar que o retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher privada, branca, casada, boa mãe, fiel e dessexualizada. A prostituta, muitas vezes desenhada como a mulher negra, construída pelo discurso moralizador da negação dos valores dominantes, e a que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino, no entanto, este homem expressa sua liberdade, virilidade e poder quando tem a mulher negra e branca abaixo dele e sob seu controle.

1.3 A chefia feminina no lar e a pobreza encontrada nas classes mais pobres do Brasil

Recapitulando o tópico anterior, falamos onde e quem são as mulheres no Brasil Colônia por Del Priori (1993), em 1890 – 1930 através de Rago (1985), Leite (1984), Dias (1983) e Fonseca (2004), e como aparecem nos relatos e estudos da época que cada autora trata ou como não aparecem. Além, da criação dos filhos e o status que a mulher ganha quando se torna mãe. Veremos que a mulher carregava, e carrega, até hoje, adjetivos pejorativos e proibições no decorrer da história, seja no território europeu ou brasileiro. E

principalmente, em destaque, o corpo da mulher pobre e que ocupa um lugar de chefia no seio familiar.

Aqui, durante esta sessão, faremos apontamentos da ideia europeia que serve para desmistificar a família conjugal moderna, mostrando-a não enquanto unidade “natural” ou universal, mas sim enquanto construção histórica; relativizar certos comportamentos que fizeram parte de outros contextos e dinâmicas sociais e padrões de organização familiar; e o surgir de novas formas específicas as camadas populares urbanas.

De acordo com Fonseca (2004), o modelo patriarcal, elaborado por Freyre no início dos anos trinta, com a obra *Casa Grande e Senzala* (1933), deixou de ser vista como matriz da família brasileira “tradicional”. A autora conta que na obra, Freyre aborda duas camadas sociais, os senhores – donos e proprietários da economia –, e os escravizados – mão de obra para manter a economia em pé. No entanto, sabemos hoje que a sociedade colonial não se reduzia a apenas duas camadas. Continua a autora, o que Freyre não abordou foram as múltiplas formas de família que preenchia cada região, pois um dos fatores mais relevantes na época eram as moradias chefiadas por mulheres sozinhas e contendo diversos agregados.

“Em outras palavras, para a compreensão da complexa realidade que enfrentamos no Brasil contemporâneo, a noção da “família patriarcal” extensa, tal como foi descrita por Freyre, é vista como sendo de relevância limitada.” (FONSECA, 2004, p. 3)

Porém, como já está enraizado em nossa sociedade esse modelo de família tradicional, que qualquer desvio de padrões hegemônicos é visto como atrasado. Na melhor das hipóteses, segundo Fonseca (2004), como uma estratégia de sobrevivência das famílias mais vulneráveis. De todas as formas, essa última noção mostra aspectos importantes da realidade, como se coubesse somente a classe mais carente uma estratégia de sobrevivência voltada a economia, onde são reduzidos a esse aspecto único. O ser pobre não apresentaria outras formas, lutas e importâncias dentro de um cenário global.

Ainda falando dos comportamentos que divergem do modelo dito moderno, Fonseca (2004) apresenta uma explanação que seria uma família considerada exótica pelo olhar europeu e norte-americano, neste caso das dinâmicas famílias presentes no continente africano e asiático. E também a forma de estrutura familiar que crescia nas classes mais populares do Brasil, Fonseca (2004, p. 439) indica que uma família “matrifocal” como sendo muito comum em países da América Central: “[n]esse tipo familiar, mãe e filhas adultas junto com os filhos destas, formam o eixo do grupo doméstico, tendo os “maridos” eventuais um papel secundário.” O que é dito é que o padrão da família tradicional/nuclear existente em

países de primeiro mundo, são divergentes, em alguns casos, da família tradicional de países considerados subdesenvolvidos, como os sul-americanos. Nota-se que tudo está em volta da economia. E assim, “[a]pesar de verificarem tendências contemporâneas muito difundidas, pesquisadores concordam hoje que não existe padrão universal de evolução familiar.” (p. 4)

De acordo com Stacey (1992, p. 93 *apud* Fonseca 2004, p. 4) seria impossível caracterizar uma forma de família contemporânea,

“[a] família pós-moderna não é um novo modelo de vida familiar equivalente ao da família moderna, não é o novo estágio de uma progressão ordenada da história da família, mas sim, o estágio nesta história onde a crença numa progressão lógica de estágios se desmancha. Rompendo com a teologia das narrativas modernizantes que retratam uma história evolucionária da família, e incorporando tanto elementos experimentais como nostálgicos, “a” família pós-moderna avança e recua para dentro de um futuro incerto.” (FONSECA, 2004, p. 4)

Falar de família é trazer sentidos e valores em conjunto desse percurso, e as políticas públicas também se tornam presentes nesse emaranhado de indivíduos. Assim sendo, o abandono do modelo nuclear de família não é tanto questões de escolha quanto de consequência de fatores externos, como a pobreza. Pois com o agravante do conceito de higienização que se propaga nas grandes cidades do Brasil, faz com que as pessoas que circulavam pelas ruas, becos e bares se desloquem para os morros e formem os cortiços, favelas/comunidades, onde tudo que era difícil se torna cada vez mais. A busca por trabalhos por essa parte da camada é prejudicada pela figura que muitos vão representar para os mais afortunados. Vão configurar assim, uma economia de sobrevivência, na qual trabalhos temporários e/ou os sub-humanos ganharam espaços.

Até o momento, nos parágrafos anteriores, vemos que a família, vem se modificando ao longo da história e no que tange a problemática da pobreza. Mães solas, crianças com parentes e/ou em instituições, nas ruas. A estas formações de famílias lhe são atribuídos adjetivos pejorativos, tais como, segundo Fonseca (2004, p. 13), “famílias desestruturadas”. Também Macedo (2008), traz o questionamento sobre os estudos a respeito dos lares chefiados por mulheres. A autora questiona a homogeneidade artificial de outras pesquisas, pois trazem um “perfil uniforme” dessas mulheres, sempre carregando a justificativa de que enquanto chefes de família estão em situação de pobreza extrema, “as mais pobres entre os pobres” (p. 389). Além disso, é como se estas só ocupassem este papel por estarem em uma situação “incomum”, diferente dos lares com a figura masculina como centro. Continua Macedo (2008, p. 395) expressando que

“o contato com estudos e pesquisas voltados para entender a diversidade de arranjos familiares tem trazido à tona, cada vez com mais frequência, a discussão em torno

da questão da elevação da precariedade socioeconômica das famílias chefiadas por mulheres. [...]” (MACEDO, 2008, p. 395)

A autora traz essa reflexão em seus estudos já que está se tornando mais corriqueiro o elo entre mulher, pobreza e família. Podemos perceber que o fenômeno dos domicílios chefiados por mulheres ainda é algo que causa estranheza nos dias atuais, afinal estaria a mulher assumindo o papel dito masculino de provedor e ponto central do núcleo familiar, no qual não era possível ou permitido. Há uma reforma no núcleo, onde a maternidade e paternidade são questionáveis também. No entanto, devo ressaltar que não estamos falando de uma troca de trabalhos, a mulher vai a rua e o homem fica em casa com os filhos. Não. Até porque os lares com chefia feminina não abordam a presença do companheiro. Ou seja, elas não ficariam somente para prover o sustento, mas continuariam preenchendo os papéis de cuidadora, o que faz com que o filho ainda seja, prioritariamente, objeto de cuidados da mãe.

Dessa forma, a continuação de trabalhos com essa abordagem, trazem à tona um conjunto de transformações nas estruturas familiares no Brasil, que no tópico anterior, vimos espécie de réplica do modelo europeu trazido pelas grandes navegações e exploração do povo local. Modelo que está se diluindo a passos lentos. Agora, como apontam Barbosa e Phelipe (2020), essa reorganização interfere e viabiliza os processos socioeconômicos e demográficos, principalmente onde a maior taxa de lares chefiados por mulheres se encontra³.

A literatura aponta que há uma associação negativa entre chefia feminina e pobreza, como se o empobrecimento e a falta de recursos fossem exclusivamente por essa ruptura da família nuclear, ou melhor dizendo, da posição de poder exercido agora pela figura feminina. Portanto, representaria um retrocesso no ciclo ideal de desenvolvimento da família. E quanto a esse discurso, Macedo (2008, p. 15-16), aponta que

“A visão negativa das unidades domésticas chefiadas por mulheres é em parte conceitual, devido a nossa ênfase eurocêntrica na família nuclear como a norma e a encarnação da modernidade e do progresso [...]. Esta visão patológica das unidades domésticas chefiadas por mulheres contribui para a crença de que estas geram pobreza; em lugar de vê-las como um resultado dela, e um resultado, por acréscimo, em que as políticas neoliberais têm desempenhado um papel destacado.” (MACEDO, 2008, p. 15 – 16)

Entramos assim em um dos pontos principais que é a feminilização da pobreza, que os autores Medeiros e Osório (2000) irão contestar em seus estudos sobre o Brasil dos anos 1983 a 2003. Para esses autores, deve-se pensar primeiro em uma visão acerca do aumento da

³ Estado de Minas Economia. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml

desigualdade no acesso a recursos entre homens e mulheres, e como o patriarcado movimenta a economia do país no momento que instaura uma hierarquia na estrutura da família, sendo a figura masculina colocada sempre como provedor do lar, centro único da sociedade e o que age pela razão, já a mulher seria o contrário deste, precisando sempre do auxílio e proteção do homem para guiá-la economicamente. Estaria aí uma das dificuldades de os lares chefiados por mulheres acender economicamente. Segundo Macedo (2008, p. 392), se há “[...] um elevado crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres” é por que ocorre mudanças nos padrões demográficos na população brasileira, essa é a combinação dentro da pobreza, sem esquecer da presença de filhos, que gera uma ideia de feminilização da pobreza.

Esse filho, que por vezes, sua criação pode se torna dificultosa para a mãe, fazendo-a ter mais uma jornada de trabalho para sustentar o lar, e uma das alternativas para não sobrecarregar a mulher e a criança é levar o pequeno para casas de vizinhos de confiança, parentes que moram longe, passar um período na casa de amigos. Como nos conta Fonseca (2004, p. 448)

“Nesse universo, onde a escola não exerce uma influência suficiente para estabilizar a trajetória da criança, não há como ancorá-la numa só residência. Uma viagem para o interior para assistir ao casamento de algum parente ou o almoço dominical na casa de uma tia poderiam virar estadas de anos, dependendo da conveniência para o adulto e do desejo expresso da criança.” (FONSECA, 2004, p. 448)

Temos aqui os passos da circulação de crianças no Brasil, onde ela irá circular pelas casas dentro da cidade, comunidade e pelas ruas, becos, estradas...

1.4 A família e a criança como espelhos da comunidade

Como estamos falando de um cenário que vem se modificando durante décadas, podemos dialogar agora sobre famílias e crianças em comunidades, e explicar o sentido desta no cotidiano. Pois, de acordo com Fonseca (1999), para entender a mulher em situação de pobreza como mãe, temos que resgatá-la do isolamento conjugal e recolocá-la nas teias sociais globais, e neste caso, olha-la pertencente a uma comunidade periférica brasileira.

Explicando um pouco de qual cenário estamos falando, usamos Marante (2010) que entende o sentir-se parte da comunidade a partir do grau de vinculação do morador com o ambiente. Dentro disso, apresentasse fatores que podem ser positivos ou negativos, pois vai depender do papel desempenhado pelo morador e como é a dinâmica dentro desse território. Ou seja, a comunidade pode apresentar potencialidades e impulsioná-las, promovendo o

fortalecimento da identidade pessoal e social, mas também pode promover atitudes de submissão e violência. Isso ocorre, porque o território pode se encontrar em conflitos sociopolíticos e, principalmente, econômicos.

Dentro da comunidade, enxergamos atores persistentes nessa lógica de família, quais sejam, o homem, a mulher e a criança. Esta última, dentro dessa estrutura desempenha um papel muitas vezes de espelho do ambiente. De acordo com Sarriera *et al* (2016, p. 118) afirmam que para compreender o estado da criança, de forma aprofundada, é necessário entender como a comunidade se constitui. Investigar dentro do próprio ambiente as crianças, tendo consciência de suas reproduções, já que elas falam, ao seu modo, sobre políticas públicas, estruturas e dinâmicas presentes, é um dos pontos essenciais na investigação sobre família e comunidade.

Todavia, há algo a se levar em consideração quando tocamos em comunidade pobre, são as condições econômicas, sociais e políticas que se diferenciam da parte de cima dos prédios ricos das capitais brasileiras, particularmente quando falamos nas graves implicações na vida de crianças e adolescentes pobres. De acordo com Rosemberg e Mariano (2010) há um número expressivo de crianças brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. Este cenário reflete também o grau de desigualdades. Como vimos anteriormente, existe uma pirâmide hierárquica de prioridades, primeiro vem o homem, depois a mulher e por último a criança. A criança dentro do núcleo familiar, vem desempenhando um papel de submissão e esquecimento muito parecido com o da mulher no decorrer da história, como abordado no tópico 1.2, mas esta não teria poder de decisão e entendimento sobre o mundo adultocêntrico que vive. Ou seja, sem fala ou relevância, jogado de um lado para o outro.

Para Korczak (1987) as crianças eram configuradas pelo poder científico como sujeitos influenciáveis e sem liberdade. O autor argumentava que a criança poderia ser diferente do que diziam os cientistas, poderia ser livre e discutir sobre justiça e liberdade. Com base em Fonseca (1999), é importante distinguir e analisar cada configuração da infância presente na história,

“[...] Reconhecer a “historicidade” de nossas próprias percepções sobre trabalho, lazer, infância, família e, por conseguinte, aceitar questioná-las são pistas que nos abrem para o diálogo. [...] A “criança absoluta” da família burguesa alimenta a “criança cidadã” dos legisladores, que, por sua vez firma-se em oposição à noção da “criança abandonada” da família pobre. Fechando o círculo, a miséria de milhões de crianças atinge as sensibilidades dos grupos abastados, levando esses a promover, mais do que nunca, a “criança absoluta” dentro de suas próprias famílias.” (FONSECA, 1999, p. 14)

Com isso, temos em cada termo uma estrutura social e econômica da criança nessa reorganização espacial e estrutural. Somente, essa movimentação pode ser compreendida quando a vimos contra o pano de fundo da pobreza.

Neste momento, o objetivo desta sessão é problematizar as construções sociais em torno das crianças que, segundo Dorneles (2018), resgatando os cuidados que as infâncias estariam expostas. Quem é o responsável pela criança? Observamos que de acordo com Ariés (1981), a criança era da mãe até certo ponto da vida, mas logo era encaminhada para outra casa. Em Badinter (1985), a criança também era responsabilidade da mãe e do amor materno imprimido pela sociedade. É necessário entender que o papel da mãe continua nos cuidados com a criança, mas como salienta o historiador, quem tem a criança ao seu lado, tem mais poder. É nesse panorama que se repete no decorrer dos processos, tanto na historicidade da mulher quanto da família de forma geral, a criança sempre esteve presente. Seja ela um dos motivos da mulher se tornar mãe, da mulher começar a chefiar a casa, da família não se apegar ao bebê nos primeiros meses de vida – por conta das doenças presentes na Europa do XVI –, e das estratégias de sobrevivência dentro de comunidades pobres.

Sarriera *et al* (2016, p. 108) apontam que a prioridade por aspectos positivos na compreensão do bem-estar na infância são raros. Os estudos por muitas vezes não refletem a realidade que a criança vive, não levam em consideração os sentimentos delas durante a trajetória nos seus ambientes, ruas, becos, calçadas. Tendo isso em vista, é necessário compreender como as dinâmicas sociais e redes de afeto são formadas dentro da comunidade e, como as infâncias circulam e vivem entre elas.

Como demonstrado anteriormente na sessão 1.1 deste trabalho, essa circulação de crianças entre uma casa e outra nas cidades europeias era algo do cotidiano deles. A partir disso, podemos observar práticas semelhantes em inúmeras famílias tanto do presente como do passado. De acordo com Fonseca (2004, p. 449), essas práticas da circulação de crianças estariam vinculadas a estratégias de sobrevivência dos filhos, pois teriam uma família externa para socorrê-los quando fosse necessário:

“[s]e as crianças não tivessem passado a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem elas *circulado* facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como essa população teria se reproduzido. A precariedade da família conjugal tem sido uma constante na história dos grupos populares no Brasil. Além de migração e divórcio, a morte foi, historicamente, causa comum da ruptura desse grupo doméstico.” (FONSECA, 2004, p. 449)

O cuidado com as crianças cabia nesses moldes de tradição familiar, à mulher. Todavia essa mulher não era sempre a mãe biológica. Falar sobre as considerações a respeito

da maternidade em grupos populares, requer uma análise também das terminologias de parentesco, e não de sangue. Segundo Cláudia Fonseca (2004) e Philippe Ariès (1981), percebe-se que desde a Antiguidade Clássica, se as crianças não tivessem passado a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, e circulado em vários momentos da história, seria difícil imaginar a continuação da família. Já no Brasil, a precariedade da família conjugal tem sido uma constante na história dos grupos populares:

“A organização familiar dos grupos populares seguiu uma linha de evolução diferente. A enorme variedade de costumes que caracterizava a Europa pré-moderna diminui a partir da Revolução Industrial. Em torno dessa época, é possível identificar certas tendências em todo o subcontinente: casamentos “precoces”, um aumento da proporção de uniões consensuais, frequentemente instáveis, e taxa alta de bastardia e crianças em circulação.” (FONSECA, 2004, p. 436)

No decorrer deste capítulo reforçamos que é importante para as mães que as crianças estejam bem, ainda que circulem entre diferentes famílias. Tanto a criança da Europa na época da renascença, quanto a criança do Brasil colonial e atual. Sabemos que esse pequeno ser está automaticamente ligado, desde seu nascimento, a mãe, sendo esta biológica ou não. Configurando assim dois pensamentos: ideia de família para a infância e de amor materno. No entanto, percebemos que a mulher no decorrer da história só ganha espaço e status quando “vira” mãe, antes disso, ela se encontra em um lugar de invisibilidade histórica e intelectual, digamos proposital, pois ela estaria destinada ao âmbito do privado e do doméstico. E quando ela assume a liderança do lar, por exemplo, ganha adjetivos pejorativos, os quais tentam inferiorizar sua liderança e como se tornou a base dessa nova forma de família.

Essas formas de exploração, julgamento e esquecimento nos documentos da época, não era só com as mulheres, esse tratamento também era dado a comunidade, hoje conhecida como, LGBTQIA+. Que se assemelham nessa circulação que o corpo da mulher faz durante a história, através de movimentos, manifestações e revoltas próprias que gritavam suas demandas à sociedade, como a Rebelião de *Stonewall* em 1969, que aconteceu nos Estados Unidos, onde *gays*, *lésbicas*, *travestis* e *drag queens* iniciam uma rebelião que lançaria as bases para o movimento pelos direitos LGBT nos Estados Unidos e no mundo. Então, falar sobre as violências que corpos subjugados e fora do padrão sofriam também é visibilizar suas lutas durante toda a história para chegar ao que temos hoje, que ainda não é o ideal, mas está longe de ser como era antes.

No próximo capítulo, darei continuidade a este tópico, através das discussões sobre a mulher e a criança, mostrando a experiência desta pesquisadora na comunidade da Estrada

Velha, situada na cidade de Acarape, aqui no Ceará, onde sua dinâmica cotidiana apresenta esse grupo como pontos mais vistos na comunidade.

Capítulo 2.

FAMÍLIAS POBRES E A DINAMICIDADE INFANTO-JUVENIL NA COMUNIDADE DA ESTRADA VELHA/ACARAPE-CE

O capítulo anterior se deteve em analisar, segundo os autores apresentados, o percurso da família desde o século XV aos momentos atuais, tendo como principal ponto de discussão a relação mãe e filho, e os cuidados no desenvolvimento das crianças em cada momento da história, o que fazia aparecer os primeiros indícios sobre a circulação de crianças e os motivos de acontecerem na época. Relacionando assim, tal percurso da história da família à invisibilidade da mulher na sociedade ocidental em geral, e no Brasil em particular, argumentando que muitas vezes a mulher foi silenciada na história (Dias, 1983).

Neste capítulo, apresentarei como construção da linha de pensamento anterior sobre a circulação de crianças e puxando os pontos sobre pobreza e mulher, a minha pesquisa em campo e o surgimento desses assuntos durante as idas semanais a comunidade da Estrada Velha que fica localizada em Acarape-CE. Conforme o antropólogo Augustin Barna (2019) vários autores, principalmente da área de antropologia, estão interessados em analisar práticas sociais associadas à criança e utilizaram a categoria “circulação” das mesmas entre diversas famílias.

Apresento também imagens do acervo da reaPODERE (Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências), que é o grupo de pesquisa na qual fiz parte desde 2017 – 2020, onde pude conhecer a comunidade em questão através das atividades socioeducativas que o grupo realiza com as crianças do território. Durante a exibição das fotos, por questões de segurança e proteção das crianças dos perigos em potencial da exposição na internet e em outros meios, irei borrar os rostos destas. O uso destas imagens fora permitido pelo coordenador do grupo, o prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior, e pelo estudante do curso de História Talvane de Freitas da Silva.

2.1 Se sentir comunidade e a escolha da comunidade da Estrada Velha

No tópico 1.4 falamos da criança dentro da comunidade e como esta é o espelho de tudo que acontece diante de seus olhos. Neste tópico, irei falando sobre comunidade, agora, no sentido de pertencente a ela como indivíduo, que mais tarde explicará a importância da rede de amizades entre as mulheres na circulação infanto-juvenil. Para introduzir o conceito

de “comunidade” neste trabalho, utilizo os psicólogos Sarriera *et al* (2016, p. 107) que nos aponta que sentido ou senso de comunidade é quando fazemos parte de uma rede de relações dentro de um ambiente, neste caso, uma comunidade, que já se tem uma forma de agir em conjunto para um bem comum. Assim, o sentido de comunidade deve ser entendido como juntando os aspectos físicos, territoriais e simbólicos que constroem uma comunidade. E observamos que há uma rede de comportamentos e sentidos específicos em cada comunidade, constituindo de um universo simbólico no território. Que segundo Góis (2005, p. 121) “Este universo está igualmente formado por representações e práticas macrossociais geralmente fincadas em uma sociedade capitalista opressora”.

O que demonstram esse senso de comunidade dentro do território em estudo, é a frase que encontramos na entrada do local com os dizeres: “todos pensa qui são mos quadrilha, mais na verdade são mos uma família!”. O que está inscrito demonstra também uma sensação de marginalização e preconceito que esses moradores podem estar sofrendo do restante da cidade.



Nesse pensamento, Moura Jr, Lima e Silveira (2018, p. 436 - 437) falam que a localidade da Estrada Velha foi escolhida pela reaPODERE pelo fato de ser

“um campo de atuação da extensão universitária que sofre com o processo de estigmatização da própria população de Acarape e cidades vizinhas, a qual ficou reconhecida pelo tráfico de drogas, violência e a pobreza, sendo totalmente marginalizada e negligenciada pela própria política local.” (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, 2018, p. 436 - 437).

As atividades socioeducativas da rede que vêm se desenvolvendo no local, têm o intuito de fortalecer vínculos, trabalhar o lúdico e estimular o cooperativismo entre as crianças. “Portanto, o papel da extensão desenvolvida na REAPODERE é o de fortalecer a comunidade e os processos de resistência desenvolvidos por indivíduos em contextos de privação” (MOURA JR; LIMA; SILVEIRA, 2018, p.436).

2.2 Os primeiros passos até o campo

Após a elaboração de um projeto com tema pertinente ao campo de conhecimento antropológico e orientado por um(a) professor(a) que lhe iniciará na pesquisa etnográfica, a primeira atitude do(da) jovem cientista é aproximar-se das pessoas, dos grupos ou da instituição a ser estudada para conquistar a concordância de sua presença para a observação sistemática das práticas sociais. (ECKERT & ROCHA, 2008, p. 9)

Entrei no projeto no início de 2017, neste momento os integrantes estavam se preparando para ir a campo, munidos de informações teóricas sobre comunidade, pobreza e trabalho de campo. Em um primeiro instante, fizemos uma busca “por cima” da comunidade da Estrada Velha e entramos em contato com algumas lideranças - ou como Foote-Whyte (1980) chama, os nossos “Doc’s”, as pessoas que nos ajudariam e que pudessem nos acompanhar em uma caminhada comunitária como reconhecimento de campo, e também para apresentar-nos aos moradores, criando assim, nosso primeiro contato.

O meu principal receio neste início era de como as pessoas de lá iriam nos receber, afinal, se tratava de um local que eu nunca tinha ido antes. E havia, previamente, ouvido de terceiros relatos preconceituosos sobre a comunidade. Nestes relatos, identificava afirmações como “só tem coisa ruim lá”, “é violento demais”, “todos são sujos” ... Estas falas se davam muitas vezes por moradores das proximidades. Em algum momento, durante o trajeto até o território, trajeto este que demora cerca de 10 minutos no máximo a pé, saindo do Campus dos Palmares, os extensionistas mais antigos da rede foram nos conduzindo e ao mesmo tempo conversávamos sobre como é importante o respeito ao trabalho de campo e aos moradores.

Sobre o processo de conhecer e agir em um campo durante a pesquisa com os moradores e o ambiente, as antropólogas Eckert & Rocha (2008, p. 10) discorrem que,

“[...]Existem múltiplas maneiras da inserção em campo ser iniciada, mas em sua maioria, uma etnografia se estréia com um processo de negociação do(a) antropólogo(a) com indivíduos e/ou grupos que pretende estudar, transformando-os em parceiros de seus projetos de investigação, compartilhando com eles e com elas suas idéias e intenções de pesquisa. O consentimento implica em saber quando e onde ir, com quem e o que se pode ou não falar, como agir diante de situações de conflito e risco, etc. [...]” (ECKERT & ROCHA, 2008p. 10)

2.3 Minhas primeiras impressões sobre o local

O trajeto até a comunidade da Estrada Velha, que se localiza atrás da Unidade Acadêmica dos Palmares (UNILAB), foi realizado a pé. A estrada não era asfaltada, era DE terra batida e continha alguns buracos no decorrer do caminho. A vegetação era formada por poucos arbustos, a maioria já secos, devido a pouca chuva.

As imagens abaixo mostram cenas do caminho, saindo a esquerda, que se percorre para ir do Campus dos Palmares até a comunidade (foto 2), e do começo da estrada de terra batida, que se inicia atrás do prédio da Unilab, até a comunidade (foto 3).



Adentrando a comunidade, notei que não há presença de saneamento básico e nem coleta de lixo, pois há um acúmulo de embalagens plásticas, fraldas rasgadas e papel nas crateras, em meio a água suja que está presente na frente das casas iniciais. A comunidade é constituída de apenas uma rua reta, um pouco íngreme, sem asfalto, com pedrinhas soltas e

um mato crescendo aos poucos no chão batido e úmido. Algumas casas eram feitas de taipa e outras de alvenaria.

Algumas destas casas logo na chegada são mais simples e à medida em que se entra na comunidade, as casas vão parecendo serem mais estruturadas com tijolos, pinturas e cercas. Há lixo jogado na rua, um campo de futebol improvisado mais a frente e algumas pichações nos muros anunciando a presença de uma organização faccional na região, demonstrando uma linguagem simbólica violenta, e possivelmente, um sentimento de segurança pelos moradores: “*é proibido entrar de capacete*”, anuncia a pichação no muro.

O primeiro sentimento que tive ao ver o território foi de “choque”, já que ele é bem diferente do que encontramos no restante da cidade de Acarape. De acordo com Wagner (2010, p. 34), esse sentimento é conhecido pelos antropólogos como “[...]”choque cultural”. Nele, a “cultura” local se manifesta ao antropólogo primeiramente por meio de sua própria inadequação; contra O pano de fundo de seu novo ambiente, foi ele que se tornou “visível” [...], pois mesmo sendo um local relativamente próximo da universidade, não imaginei que a disparidade estrutural (rua, casas) fosse tão evidente.

Julgando pela localização, antes de irmos pensávamos em encontrar algo que lembrasse mais o entorno urbano de Acarape, com casas simples, porém de tijolos, ruas asfaltadas e a existência de coleta semanal de lixo. Todavia, não era essa a sensação, e nem tão pouco a visão que senti quando cheguei à comunidade. Vi o descaso com os moradores e com o local, principalmente temos essa impressão quando se junta nessa imagem o prédio da Unilab ao fundo. Havia um distanciamento não só físico e material, mas de pertencimento, como se aquela comunidade não pertencesse a Acarape.

A imagem abaixo mostra uma visão de dentro da comunidade, mas especificamente, do local onde foi realizado o 1º Natal da Família Estrada Velha, nome este dado pelos próprios moradores, como alusão a escrita no muro (foto 1). Onde também podemos notar o prédio da Unidade Acadêmica dos Palmares ao fundo.



(Foto 4: Talvane de Freitas da Silva, 2017)

Depois desse “choque” inicial, não poderia continuar com a expressão que eu tinha. Tive que me recompor e voltar ao trabalho. Fomos na comunidade no intuito de fazer contato diretamente com os moradores através de entrevistas. Fomos divididos em duplas, para assim abarcar toda a comunidade, que tinha em torno de 34 casas. Me dirigi a uma moradora, na qual irei chamar de F – para preservar a sua identidade -, ela se encontrava na porta de casa, nos observando desde que chegamos. Expressava um olhar de curiosidade, estava vestida com um vestido azul claro simples e uma chinela havaiana da mesma cor. A senhora aparentava ter 50 anos de idade, pele queimada do sol. Fui chegando próximo a ela, e ela sorriu. Acho que ela havia percebido o meu despreparo para o momento.

Me apresentei e falei sobre o que estávamos fazendo, se ela gostaria de responder algumas perguntas, ela estendeu a mão como sinal de cumprimento, notei no apertar de mãos, que as dela tinham anos de trabalho – mostrava calos e rigidez na pele. A senhora F foi receptiva e nos convidou a entrar em sua casa. Achei interessante o fato dela deixar pessoas até então estranhas, de fora da comunidade, entrarem em seu ambiente. Com esse ato da senhora, pude tomar nota sobre a moradia das famílias por dentro. Sobre como a casa era simples, com pouquíssimos móveis, como um sofá desgastado coberto por toalhas de banho, três quadros de crianças e um de toda a família pregados na parede de cimento. Um berço rosa claro com um mosquitoireiro e uma TV de tubo que passava desenhos infantis em cima de um raque da cor magenta com CDs, preenchiam a sala da casa.

Na moradia, moravam 13 pessoas de diferentes idades, a mulher que nos atendeu era a mãe dos 6 filhos, moravam lá mais um neto e três parentes. Ela sustentava a casa e mantinha a ordem do ambiente. Perguntei como era a estrutura física da casa, a senhora me olhou e sorriu timidamente, voltou a olhar para o chão e balançando a mão direita nos indicou que são três cômodos divididos entre sala – que de noite se tornava o quarto do bebê, ao lado um quarto – onde dormia as meninas –, uma cozinha e um quintal, – onde também tinha um banheiro. A senhora F me contou que lutou muito para ter uma casa como aquela, trabalhou e ainda trabalha em fábricas de tecido na região e que luta para manter os filhos na escola, pois, na fala dela “é mais fácil ir por outro caminho, aquele das drogas e ... como é ... mexer com coisa errada, você me entendeu! Para ter alguma coisa nessa vida, minha filha”. Esse contato com a senhora pode me mostrar através das falas, um cenário de escassez e dificuldades, que os moradores ali passavam.

De acordo com os relatos dos moradores, antes de se tornar a comunidade da Estrada Velha, o local era um terreno só que contava com uma associação dos moradores e, em meados dos anos de 1987, o pai da Dona A, o senhor C, foi doando um pedaço da terra aqui e depois ali, para as pessoas que vinham do Acarape, Quixadá, Fortaleza e região. Essas famílias não tinham condições de comprar a parte do terreno e nem de construir uma casa de tijolos. Os moradores e o dono do terreno foram se ajudando até o local começar a se tornar uma comunidade. Em consonância com este movimento, a psicologia comunitária empregada por Sarriera *et al* (2016, p. 107) nos confere que esse sentimento de pertencimento ao se sentir comunidade, acaba construindo algo em conjunto que expressa a experiência do território em atitudes e interações entre os moradores sob um contexto comunitário, como foi o caso de se sentirem e expressarem esse sentimento de família na comunidade.



(Foto 5: acervo da reapodere, 2017)



(Foto 6: acervo da reapodere, 2017)

As fotos acima mostram o ambiente da comunidade da Estrada Velha do meio para o fim, e do meio para o começo. Elas estão demonstrando um pouco do caminho da comunidade que encontramos terra batida, muito lixo, dejetos e mato já grande.

Quando encerramos as entrevistas com os moradores, voltamos para a Unilab para conversar e dizer nossas primeiras impressões sobre o território e como nos sentíamos. Analisamos as percepções favoráveis dos moradores conosco e, com isso, levantamos mais questionamentos a respeito da pobreza e da distribuição de renda. Notei que o ato da senhora F nos ter deixado entrar em sua moradia e responder a entrevista, parece estar relacionado à questão de serem ouvidos ou de ganharem atenção, pois algumas falas antes da ida eram voltadas ao descaso que a comunidade sofria. Falar sobre onde moram, suas vivências no local e os problemas que passam, pode ser uma urgência. Me fez pensar em quando foi que eles foram ouvidos, e se foram. Havia mais do que palavras vindas de terceiros sobre o abandono da comunidade, a fala agora eram deles.

A aplicação das entrevistas durou de abril a julho de 2017. Exceto pelo período de férias, íamos ao campo uma vez por semana, todos juntos e só nos separamos em duplas no local. Nesse decorrer da pesquisa, tivemos que aprender que nosso intuito não era o de resolver os problemas da comunidade, mas entendê-los e ajudá-los a buscar melhorias. A extensão que a reapodere queria era de propiciar autonomia aos moradores e não o assistencialismo.

Nas conversas fazíamos perguntas variadas sobre como eles se sentiam na comunidade, se os órgãos públicos do município realizavam alguma ação, como era a relação com a vizinhança e sobre saúde. Era nítido o descontentamento dos moradores em relação ao poder público. Também havia um descontentamento sobre como eram vistos por pessoas de fora da comunidade. Uma das coisas que eles não estavam mais recebendo eram as cestas básicas desde aquele ano, e esse recebimento era uma ajuda fundamental para as famílias, pois, de acordo com o que víamos e ouvíamos, existia uma situação de vulnerabilidade social, fome e descaso.

Uma das moradoras disse como ela se sentia com tudo isso: “isolada, excluída”. Além disso, muito incomodada devido a estigmatização que o bairro sofre: “nós somos vistos como os miseráveis, “passa fome” e os que não querem trabalhar”. Esse tipo de relato ainda hoje é recorrente na comunidade. Góis (2012, p. 119) constata que sentir-se pobre pode manifestar barreiras no desenvolvimento pessoal do indivíduo,

[S]entir-se pobre embora e/ou limita a vida do morador, impede a manifestação do valor pessoal e do poder pessoal. Quando sentimentos de autovalorização brotam, geram novos sentidos e estes passam a mover a consciência antes fatalista para uma condição ativa e aberta à libertação e à emancipação. (GÓIS, 2012p. 119)

Depois das entrevistas feitas, de recolher os dados, precisávamos agora pensar em como estar junto à comunidade e de alguma forma, tentar ajudá-los em suas buscas por melhorias. Então, pensando no território e nos sujeitos, pensei que talvez as crianças fossem as que mais estariam ameaçadas em um contexto que abrigava a fome, as doenças e infecções, já que elas andavam descalças pela lama, pela água parada, pelo acúmulo de lixo e tinham um contato mais próximo com os animais, possivelmente doentes, e ao trabalho infantil. Com toda essa situação relatada, eu e o grupo de extensionistas começamos a elaborar a ideia de um grupo de crianças, pois precisávamos saber onde elas circulavam quando voltavam da escola, e também seria um jeito de nos aproximarmos mais da comunidade, aproximando-nos dos filhos/as dessas pessoas. Esse movimento, acreditávamos, faria com que os moradores confiassem em alguma medida em nós e nosso trabalho. Para isso, decidimos consultar a comunidade antes de começar qualquer coisa, para então apresentar a ideia de um grupo de crianças, e, caso a ideia fosse aceita, procuraríamos um local para realizar as atividades. E nas idas a comunidade, fomos perguntando aos poucos sobre a iniciativa, até que eles concordaram e gostaram da ideia já que agora os pais teriam onde colocar os filhos, pois não havia creche ou local de lazer na comunidade, ou seja, estavam de alguma forma confiando os cuidados das crianças a nós.

Agora precisávamos elaborar os tipos de atividades a serem desenvolvidas. Com isso, tivemos nosso primeiro encontro só com as crianças, na própria rua, a céu aberto e vigiados pelos olhares atentos das mulheres. E por que só das mulheres? A maioria massiva presente no decorrer da semana, era a feminina. Muitas delas moravam juntas com seus companheiros, porém os homens passavam a semana trabalhando fora da cidade ou se encontravam em outra situação. Alguns deles vinham nos finais de semana ou quinzenalmente para junto de suas famílias e da comunidade, mas no começo da semana voltavam a trabalhar.

Com a estratégia de conseguir a confiança das mulheres, passei de casa em casa para chamar as crianças e pedir autorização as mães para termos as atividades com seus filhos. Outras crianças já estavam na rua brincando e, observando a movimentação, se aproximaram.

2.4 “O que vai ter hoje, tia? É só os adultos?”

Era no mês de novembro de 2017, umas 14:20 da tarde quando começamos a chamar as crianças. Elas foram se aproximando devagar, algumas expressavam olhares de desconfiança, receio e timidez, olhando para baixo e andando em nossa direção. As mães e outras crianças mais velhas faziam o movimento de empurrar as mais novas para nossa atividade “vai com a tia, vai mulher!”. Não tiro os motivos de algumas delas terem essa reação, pois, éramos estranhos no ninho. Me sentia em um local diferente do meu, com pessoas me seguindo com o olhar, um sentimento de intimidação. Nesse sentido Wagner (2010, p. 32) nos diz,

[c]ães latem para ele e crianças seguem-no pelas ruas. Todas essas circunstâncias se devem ao fato de que as pessoas geralmente se sentem desconfortáveis com um estranho em seu meio, ainda mais um forasteiro que bem pode ser louco ou perigoso, ou as duas coisas.

Éramos estudantes da Unilab, que talvez no pensamento deles, nós nos achássemos importantes demais para estar ali, afinal, nem o poder público ou um simples caminhão do lixo passava lá, imagina estudantes de um prédio ali em frente querendo fazer alguma coisa?! E esse pensamento foi revelado pouco tempo depois durante a convivência. Outras crianças já conheciam a gente no decorrer das entrevistas, então vinham subindo o alto da rua, pulando de pés descalços na lama que era presente no caminho. Elas pegaram na minha mão e perguntaram, em meio a recuperação do fôlego, “o que vai ter hoje, tia? É só os adultos?”

2.4.1 Conhecendo um pouco das crianças e a demonstração de carinho delas.

Os extensionistas da rede se reuniram no final da área da comunidade, em frente a cerca, onde o terreno era mais reto e não tinha lixo. Fizemos um círculo e sentamos no chão, junto com as crianças. Elas, em sua maioria do sexo feminino, pele negra, os cabelos variavam em tons de preto e amarelado por causa do sol, alguns eram lisos e soltos, outros eram cacheados e presos por algum elástico. Especificamente, os cacheados aparentavam certo descuidado, pouco penteados. Isso pode ter a ver com a água que era utilizada na comunidade para o consumo diário, que vinha de um poço que os próprios moradores fizeram, era um pouco amarela e com odor.



As crianças demoraram um pouco para se aproximar e adquirir confiança. Me apresentei para elas e pedi que elas se apresentassem também, como forma delas irem ganhando confiança, fiz algumas perguntas para as crianças que ficavam ao meu lado no círculo, e elas respondiam de cabeça baixa e em seguida levantavam rapidamente os olhos como forma de tentar uma comunicação. Alguns meninos que estavam na atividade vestiam cuecas, tinham aproximadamente 3 a 5 anos de idade, outros estavam de calção jeans e camisa de algum super-herói, o que pude pegar como ponto para uma conversa, pois tenho familiaridades com os temas. As meninas estavam usando vestidos simples, algumas com shorts jeans e camiseta colorida.

Depois de algumas tentativas de conversas individuais, estas surtiram efeito e as crianças começaram a falar mais sobre quem eram, quem era a vizinha, o que eles sentiam falta, do que eles gostavam, perguntaram muito sobre a Unilab e sobre nós. Algumas se

levantavam e apontavam a casa onde morava “Ali tia, depois da casa azul”, cutucavam as amigas para falarem também. No final, elas estavam conduzindo a roda de conversa.

Esse momento se mostrou bastante importante, porque estava sendo observada pelas mães, pelas crianças e pelos membros. Durante as falas, não quis interferir ou questionar, era o primeiro contato com o futuro grupo. Precisávamos ouvi-las e saber o que elas queriam a princípio da gente. No final da conversa, avisamos que voltaríamos e nos despedimos, e logo, em um ato coletivo e espontâneo, elas correram para expressar o afeto em forma de abraço e beijo na bochecha, e algumas nos acompanharam até o final da estrada que dá acesso a comunidade, me senti feliz e abraçada por uma iniciativa que partiu daqueles pequenos habitantes e ao mesmo tempo, reflexiva sobre como não me deixar abalar toda vez que voltar ao local.

2.5 O que a literatura diz sobre circulação infanto-juvenil, e minha observação participante

Depois de conhecer mais sobre as crianças nesse primeiro momento só com elas, foi onde percebi a importância de acompanhar o percurso delas, ou seja, seria preciso pensar em como estas eram cuidadas, por onde circulavam, seria preciso estar com este público. Portanto, para tratar deste aspecto da circulação, será necessário acompanhar de que modo elas experienciam o seu entorno, e assim, entender como acontece a circulação infanto-juvenil na comunidade da Estrada Velha/Acarape-Ce. Observar este fenômeno, possibilitará uma leitura de como uma comunidade interiorana do Maciço de Baturité se comunica, se comporta e se há estratégias de sobrevivência perante às desigualdades sociais e os conflitos internos.

Não posso deixar de ressaltar a importância da leitura dos trabalhos da antropóloga Cláudia Fonseca (1995) que, de certa forma, nos conduzem ao fenômeno da circulação de crianças, que até então me era completamente desconhecida. Segundo a autora, as crianças que se encontram em circulação são as que passam a maior parte da infância ou juventude em casas que não são as de seus pais. Um dos aspectos a ser considerado quando pesquisamos a dinâmica social das crianças em situação de pobreza, como na Estrada Velha, como lembra Campos (1991), é que uma mesma criança que é encontrada junto à família numa determinada data pode ser encontrada numa instituição, ou ainda vivendo na rua, na casa de parentes ou de não-parentes em um momento posterior. Ou seja, um dos problemas ao se estudar a realidade

das crianças é que elas podem circular por vários locais (e/ou pessoas) ao longo de sua vida, assim, podem estar presentes no começo da pesquisa, mas não no decorrer dela.

As imagens abaixo mostram as atividades iniciais do grupo, com elas voltadas a busca de brincadeiras antigas, como o pular corda, passar o anel, peteca e amarelinha. Elas mostram também as condições ausentes da infraestrutura local.



(foto 8: acervo da reapodere, 2018)



(Foto 9: acervo da reapodere, 2018)



(Foto 10: acervo da reapodere, 2018)

O tema circulação de crianças apareceu para mim assim que notei que as crianças brincavam de corre-corre de uma ponta a outra da comunidade, empinavam pipa no ponto mais alto do terreno, faziam caminhos de pedras no início até a única casa azul, passando pelo esgoto, lama e pedregulhos que se acumulavam no caminho; espantavam os cachorros magros

e sarnentos, observavam os mais velhos jogarem baralho no bar e iam de casa em casa para brincar com os amigos. Elas entravam nas casas de conhecidos sem cerimônia e saiam pelo quintal assustando as poucas galinhas magras que tinham; elas entravam e observavam as mulheres jogarem baralho no bar; e davam palpite nos acontecimentos corriqueiros da comunidade, por exemplo, sobre o carro da polícia passando. As crianças experienciavam a Estrada Velha de um ponto ao outro, sabiam de tudo, quem se mudava, quem morava na primeira casa amarela e quem ia dançar no evento de natal.

O ano de 2017, foi de construção e inserção na comunidade da Estrada Velha, com oficinas socioeducativas para crianças da comunidade e uma construção pessoal minha. Estar em convívio com outras pessoas, trabalhar em grupo em prol de algo social, investir um tempo grande para planejar atividades, e conciliar a vida acadêmica, pessoal e social, foi um desafio grande. E como constata Wagner (2010) sobre essa situação de dois universos que o pesquisador se encontra,

“A peculiar situação do antropólogo em campo, participando simultaneamente de dois universos de significado e ação distintos, exige que ele se relacione com seus objetos de pesquisa como um "forasteiro" – tentando "aprender" e adentrar seu modo de vida - ao mesmo tempo em que se relaciona com sua própria cultura como uma espécie de "nativo" metafórico.” (WAGNER, 2010, p. 38)

Isso me fez lembrar que os primeiros passos da inserção na comunidade, ou em qualquer local de pesquisa, temos que ter em mente que não somos descobridores de terras distintas e tão pouco colonizadores, temos que ter consciência do nosso papel enquanto estudantes de uma universidade, pesquisadores, extensionistas e pessoas com seus viveres. Cláudia Fonseca (1998) quando discorre sobre sua experiência em campo, fala sobre os passos de uma etnografia efetiva e não superficial. Para a autora, mesmo que a nossa vivência tenha algo em comum com as pessoas da comunidade, somos seres subjetivos e não devemos entrar em campo nos comportando com imprudência. Também para Wagner (2010, p. 30) “os problemas imediatos que o pesquisador iniciante enfrenta em campo não tendem a ser acadêmicos ou intelectuais: são práticos e têm causas evidentes.”

Devido todo esse processo de inserção, conhecer e pensar em atividades, apontei o ponto crucial desse meu projeto, a circulação e os cuidados com as crianças. As relações familiares nas quais tive a oportunidade de observar e tomar nota no meu caderno de campo, insinuam o termômetro instável e submerso no seio familiar. Temos a noção de que parentes enquanto cuidadores de filhos dos outros viabilizam inúmeras ajudas, aliviando pesadas e

carregadas rotinas de trabalho, isso auxilia no momento de confiar seu filho/a aos cuidados de outras famílias.

Segundo a antropóloga Fonseca (2006), para mencionar toda movimentação pela qual a responsabilidade de uma criança é passada de um adulto para outro, os estudiosos sobre infância utilizam a expressão circulação de crianças. A própria antropóloga conta que somente no ano de 1981, durante uma pesquisa em campo, que foi tomar conhecimento da importância desse fenômeno nas camadas mais pobres da sociedade. Este fenômeno inclui diversas situações, abarcando as crianças em situação de rua, pobreza, abandono e em instituições como a FEBEM.

“Foi por ocasião de uma pesquisa realizada em 1981, num bairro de favelados (papeleiros, mendigos e operários da construção) da cidade de Porto Alegre, que tomei conhecimento pela primeira vez da importância da circulação das crianças nas camadas populares da cidade. Entre as setenta mulheres entrevistadas, mais da metade havia colocado ao menos uma de suas crianças numa família substituta ou na FEBEM.” (2006, p. 17)

Nesse aspecto, Fonseca (2006) continua a explicar sobre a rede de pessoas para qual a criança é entregue. Durante suas pesquisas em comunidades pobres e menos pobres, a autora encontrava famílias, mas especificamente mães, que entregavam seus filhos a outras famílias, e mães que já tinham criado, por um tempo indeterminado, filhos que não eram seus. A antropóloga aponta que essa dinâmica era uma estratégia de sobrevivência. Pensando no território da Estrada Velha, em que as políticas públicas não chegam, recorrer a formas de (r)existência se colocam como alternativas mais viáveis. Continuando neste pensamento, a antropóloga Clarice Cohn (2013), busca o “estado da arte” dos estudos sobre infância no Brasil. Debatendo metodologias e conceitos, a antropóloga segue a análise de que toda pesquisa antropológica com ou sobre crianças deve levar em conta as percepções de estudos de infâncias que são interdisciplinares, demonstrando como as crianças agem em seu entorno, experimentando as formas de comunicação e de conflito dentro do próprio lar e do seu grupo de amigos.

No começo deste capítulo, falei sobre as entrevistas realizadas com famílias que tinham cerca de 13 pessoas morando juntas, com isso posso dizer que nem todos os moradores eram parentes consanguíneos. Essa circulação de crianças em casas diferentes, me fez questionar o porquê isso acontecia. Seria, como foi apontado por Fonseca (2006), uma estratégia de sobrevivência?

2.6 Descobrimos mais sobre a circulação infanto-juvenil através das mulheres da comunidade da Estrada Velha

O ano de 2017 e 2018 foram de aprendizado referente a me portar e estar aberta a conhecer a comunidade e a circulação infanto-juvenil apareceu para mim a partir dessa abertura e criação de uma ponte entre a Unilab e a comunidade da Estrada Velha. Para entender a circulação eu teria que me aproximar das famílias, e esse foi o passo seguinte na minha atuação, conversar com as mulheres, já que, devidos as observações já realizadas, eram elas que tomavam conta da comunidade – dos seus filhos e os de outras mães - durante a semana. A construção desse novo diálogo levaria tempo e tinha-se que levar em consideração esses fatores: como abordá-las sobre os cuidados com as crianças? Elas iriam querer conversar sobre? O que pensariam quando indagadas sobre o tema?

Questionamentos como estes eram postos em jogo em forma de cartas de baralho, como aquelas que um grupo pequeno de mulheres reunidas na frente do bar da Dona S jogavam, aparentemente sem me dar atenção, ou pelo menos, via assim. Durante as atividades com as crianças, cheguei até as mulheres, e de uma maneira sem compromisso tentei puxar conversa com elas, muitas vezes sem surtir efeito. As poucas vezes que conseguia uma brecha, algumas falavam sobre como as crianças gostavam de mim e do meu cabelo colorido. Fui percebendo que seria mais complicado chegar nesse grupo, pois havia aí uma imagem já projetada sobre o trabalho da rede. Parecia que nós éramos vistas como “as tias que brincam com as crianças” e ponto. Depois de mais tentativas de construção de diálogos com as mulheres, pude observar um ponto crucial sobre a dinâmica da comunidade e como isso afeta por onde as crianças andam. A interação entre as mulheres era a chave. Esse elo dava abertura e confiança para que os filhos pudessem “passar um tempo” na casa uma das outras.

As relações entre as mulheres eram bem distintas. Observei bastante a forma com que as tomadas de decisões, os desafetos e os olhares desconfiados eram expressos em cada palavra ou movimento; por outro lado, o nível de cumplicidade entre algumas mulheres quando se permitia a entrada do filho de outra casa – já que nem todas conversavam entre si – fazia surgir uma teia de regras de convivência. As que moravam na entrada da comunidade não falavam com as que morava no final e quem morava no meio não falava com algumas do início, e quando perguntado o porquê, a justificativa era na forma de distintas acusações: de que as moradoras que moravam mais no alto “se achavam” e as que moravam no meio “são desorganizados” e colocavam a mão na boca como que para disfarçar o riso baixo; olhavam

para a companheira da frente esperando que ela retribuísse com um riso concordando com a fala.

Esta dinâmica de não se relacionar com as vizinhas de determinadas casas dentro da comunidade – o que estou chamando de início, meio e fim - reflete a desigualdade dentro da própria comunidade: as casas do início são bem mais simples e feitas de pau-a-pique, taipa, um tanto tortas e mais de frente para o esgoto. E quando você vai caminhando pela comunidade, a qualidade das moradias vai melhorando, tem construções de tijolos, cercas mais firmes no chão e quintais com árvores e plantas medicinais. Esse cenário demonstra uma hierarquia interna presente no local, que segundo a antropóloga Pólvora (2014, p. 178), que busca revelar como a pobreza de famílias negras se manifesta na geografia dos espaços periféricos de Porto Alegre, diz que “[T]er” ou “não ter”, neste caso, dinheiro acoplado ao terreno são fatores determinantes que situam as famílias negras – quase sempre os que “não têm” – nas posições mais baixas da hierarquia local”.

O movimento das conversas e a teia de relações entre as moradoras, faz com que os meninos/as dessas casas mais simples, não sejam vigiados mais de perto por parte das mulheres das casas de tijolos, e vice-versa. É algo que chama atenção para notar que somente as crianças das casas do início são as que vão para as casas do início, pois os moradores seriam mais próximos, mas isso não impede a livre circulação pela rua. Nas conversas que tive junto ao grupo de mulheres e das falas destas se via a preocupação com as crianças no envolvimento com drogas e armas. As mães não queriam que seus filhos/as se tornassem participantes do crime, que está presente no cotidiano delas. Esse foi o ponto que me veio quase como uma resposta a minha questão sobre o porquê as crianças circulavam. Ou seja, para evitar que seus filhos se envolvessem com coisas consideradas erradas, elas encaminhavam as crianças para passar o dia, ou meses, com outra família, que elas tinham confiança e que sabiam que seu filho seria bem cuidado naquele local.

A venda de drogas e de suas consequências para a comunidade, como a presença da polícia, não é o único fluxo de entra e sai que atravessa o cotidiano daquelas famílias. A comunidade da Estrada Velha ganha sentido em seus encontros, recusas e silêncios durante o cotidiano da sobrevivência diária. Como no caso examinado pela antropóloga Cláudia Fonseca (1995), estamos entre casas estreitadas, gerações de famílias se espalham no mesmo lugar ou na mesma velocidade vão embora. Assim, há as casas que surgem como um expressivo lugar de cuidados, no qual as crianças são “compartilhadas” através da troca e do

exercício de cuidados recíprocos, e casas onde elas não podem entrar, possivelmente, pela dinâmica já mencionada acima ou por lá ser um local de consumo de drogas. E existem também os locais abertos, como a frente do bar, onde elas podem observar e dar pitaco na jogada de “trinca de ases”.

Com todas as informações adquiridas em 2017 e 2018 sobre como era a dinâmica da comunidade, por onde as crianças estavam circulando e os enfrentamentos feitos por elas, era o momento de colocar tudo em um papel, e saber o que fazer diante dessas questões, angústias e respostas. Eu teria que entender a comunidade como um todo e não, teria que conhecer cada sujeito e entender sua trajetória até chegar ali e como se mantém diante de tão pouco.

Desde a sua construção a comunidade vivenciou transformações físicas, como a construção de novas casas, a ameaça de estradas passando por lá e até despejo. Mas neste mesmo ano de 2018, chegou a notícia de que haveria a duplicação da BR 060, que cortaria a comunidade. Diante disso pensei sobre o impacto desta modificação espacial sobre os cuidados com as crianças e a comunidade. Então, tentei conversar mais com as e os moradores sobre o tema das mudanças que poderíamos ter nesta nova construção. Abordarei o desdobramento deste assunto no próximo capítulo.

Capítulo 3.

REORGANIZAÇÃO ESPACIAL, OS CUIDADOS COM AS CRIANÇAS E (RE)EXISTIR ATRÁVES DAS BRINCADEIRAS

Nesse trabalho, eu venho demonstrando os conceitos de família que Fonseca (2004) vem apontado em seu texto. Família nuclear – constituída de pai, mãe e filho -, e a família extensa - que se estende para além da unidade pais e filhos. Formada por uma rede de contatos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Esta última, é a que mais se encaixa na comunidade da Estrada Velha e se apresenta dentro da circulação infanto-juvenil do local, mostrando que a criança passar dias na casa de amigos de confiança da família para poder, por exemplo, se alimentar.

Nos dois capítulos anteriores houve também uma contextualização dos percursos da família nuclear e da família moderna na história europeia e brasileira. Sendo esta última nas classes pobres do Brasil, podendo ser vista com o conceito de extensa. Lembrando que essa forma de família não significa uma ruptura da nuclear, pois ao chegar no Brasil essa norma burguesa de representação, ela não se sustenta nas condições socioeconômicas, fazendo surgir os lares chefiados por mulheres, que contam com parentes e não parentes dentro do lar.

Também vimos a circulação de crianças com Ariés (1981) e Fonseca (1995; 1998; 1999; 2004) e a prática em campo desta pesquisadora, pensando em contraponto a outras experiências em territórios europeu e brasileiro. Como vimos anteriormente, para Fonseca (2004), o fenômeno da circulação de crianças não é algo novo. Já se tinha relatos de circulação de crianças desde a historiografia do fim da idade média. Estas experiências eram silenciadas ou passavam despercebidas nos estudos de historiadores da época. O foco ao estudar famílias era o modelo nuclear e qualquer exposição de outra seria algo questionável na sociedade europeia da época. Fonseca (2004, p. 430) ainda nos conta que pensar em apenas uma forma de família conjugal vem prejudicando os trabalhos sobre famílias pobres brasileiras.

“Hoje, vemos que essa crença, além de ter reforçado a estigmatização das famílias pobres – vistas inevitavelmente como desorganizadas por não corresponderem ao modelo “normal” –, impediu gerações de pesquisadores de atentar para a diversidade de dinâmicas familiares no Brasil.” (FONSECA, 2004, p. 430)

Neste capítulo será demonstrado a continuação da pesquisa sobre a dinâmica infanto-juvenil, que havia partido da curiosidade desta pesquisadora a partir do trabalho de extensão realizado na comunidade da Estrada velha. Sendo apontado agora as implicações da

duplicação da pista entre Pacatuba e Redenção, a qual atravessa a comunidade e, pensando que a partir desta nova estrada, como os processos de mudança no espaço físico podem interferir na circulação e cuidados com o público infanto-juvenil.

3.1 Processos de construção da duplicação CE – 060 e as implicações desta para os moradores

As informações sobre a construção desse trecho da estrada podem ser encontradas na página oficial do Governo do Estado do Ceará⁴. Consta nesta notícia que essa obra faz parte da continuidade dos serviços de melhoria da malha viária, realizados pelo Estado por meio do Programa Ceará de Ponta a Ponta. A obra pretende atender ao Maciço de Baturité e aos moradores que tiverem suas casas desabilitadas.

A comunidade da Estrada Velha é um território marcado por apenas um único documento de propriedade de terra. Ou seja, as famílias que atualmente residem na comunidade não possuem documentos que comprovem a posse legal de suas moradias, e o único documento que regulariza a comunidade se encontra em posse da família que verbalmente doou o terreno. Como umas das moradoras apontou, o terreno estaria documentado como Associação dos Moradores, pois assim, a dona ainda seria a única responsável e teria o poder de decidir sobre mudanças ou não. Atenta-se que, partes do terreno que não entraram na doação também sofreram processos de ocupação. Podemos assim dizer que, a comunidade é fruto de doação, mas também de ocupação da terra, o que faz com que as famílias não possuam o registro legal de suas casas. Sobre o processo de ocupação na(s) comunidade(s), Ferreira e Martins (2019, p. 4) também mostram em seu trabalho sobre uma comunidade de Teixeira de Freitas na Bahia, onde também houveram movimentos de ocupação semelhantes na comunidade, dizendo que

“[E]ssas famílias não estão ali acampadas, não são membros de movimentos sociais reivindicando a posse da terra, muito pelo contrário, têm consciência de que podem ser retiradas do local a qualquer momento.” (FERREIRA e MARTINS, 2019, p. 4)

Segundo alguns/as moradores/as, nesta comunidade em 2010, ocorreu o mesmo processo de construir uma pista, onde foi apresentada a proposta de ganharem uma casa em outra comunidade denominada Caixa D'água, que fica na cidade de Redenção, há 8,9 km de distância de onde eles moram atualmente. Outra possibilidade seria receber uma indenização

⁴ <https://www.ceara.gov.br/2020/01/27/duplicacao-do-trecho-pacatuba-redencao-da-ce-060-sera-entregue-no-primeiro-trimestre-de-2020>. Acesso em: 22 jan de 2021

no valor de cinco mil reais. Essa proposta veio em razão da construção da pista CE-085. Como a construção não foi realizada, os/as moradores/as que tinham se mudado para a comunidade Caixa D'água, venderam as casas que ganharam do Governo e retornaram para a Estrada Velha. Nesse contexto, a autora Lícia Valladares (1978, p. 81) analisando o movimento de remoção e retorno dos moradores a favelas do Rio de Janeiro nos anos de 1970, demonstra que o retorno ao local de origem pode representar um ato de afeto pelo lugar onde passaram parte da vida, mas principalmente, representa a precariedade das condições econômicas que pessoas da camada mais pobre brasileira passam,

“Mais uma vez, depara-se com a tendencia de direta ou indiretamente, a curto ou a longo prazo, a favela representar ainda, em termos habitacionais, a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda da grande cidade”. (VALADARES, 1978, p. 81)

Essa situação é semelhante ao acontecido na comunidade da Estrada Velha, quando eles, depois de venderem as casas poderiam ir para outro lugar na cidade ou outra cidade, mas preferiram voltar a comunidade, mostrando ser um local de pertencimento e identidade para eles, onde se reconhecem no território. Reparemos também como é clássico no Brasil a questão das habitações provisórias e desapropriações de casas em favelas, pois a análise de Valladares (1978) data dos anos de 1970. Ou seja, muitas desapropriações, voluntárias e forçadas, já vêm acontecendo no Brasil há muito tempo, até antes dessa data. E essa violação de direitos implica muitas vezes no sentimento que o morador tem com o território, local este que segundo Leite (1990, p. 31) “A territorialidade supõe identificação e defesa por parte do grupo: supõe a tradição histórica e cultural construída através dos tempos”. O território para os moradores/as da comunidade da Estrada Velha representa a simbologia pessoal e coletiva dos laços que criaram com os outros através dos anos e a identificação de serem parte daquele local.

Em fevereiro de 2019 começou o processo de construção desse trecho asfáltico que conecta a região metropolitana de Fortaleza ao Maciço de Baturité. Em decorrência da construção, houve a desapropriação e demolição de casas que ficavam na passagem dessa nova obra. As famílias que perderam suas casas ganharam novas como indenização, dividindo assim a comunidade entre as casas antigas, que não foram derrubadas e as novas, que foram construídas próximas a elas, resultando na formação de duas ruas.

Na imagem abaixo, tirada do *google maps*, estão da seguinte forma: As casas circuladas na cor (azul) representam a comunidade da Estrada Velha; as casas circuladas na cor (laranja) representam as casas da Estrada Nova, que surgiu a partir da construção da nova pista. Este nome (Estrada Nova) foi dado por nós pesquisadores para melhor identifica-las nos relatórios. Pode-se observar também na imagem, no canto direito, o Campus da Unidade Acadêmica dos Palmares, da UNILAB.

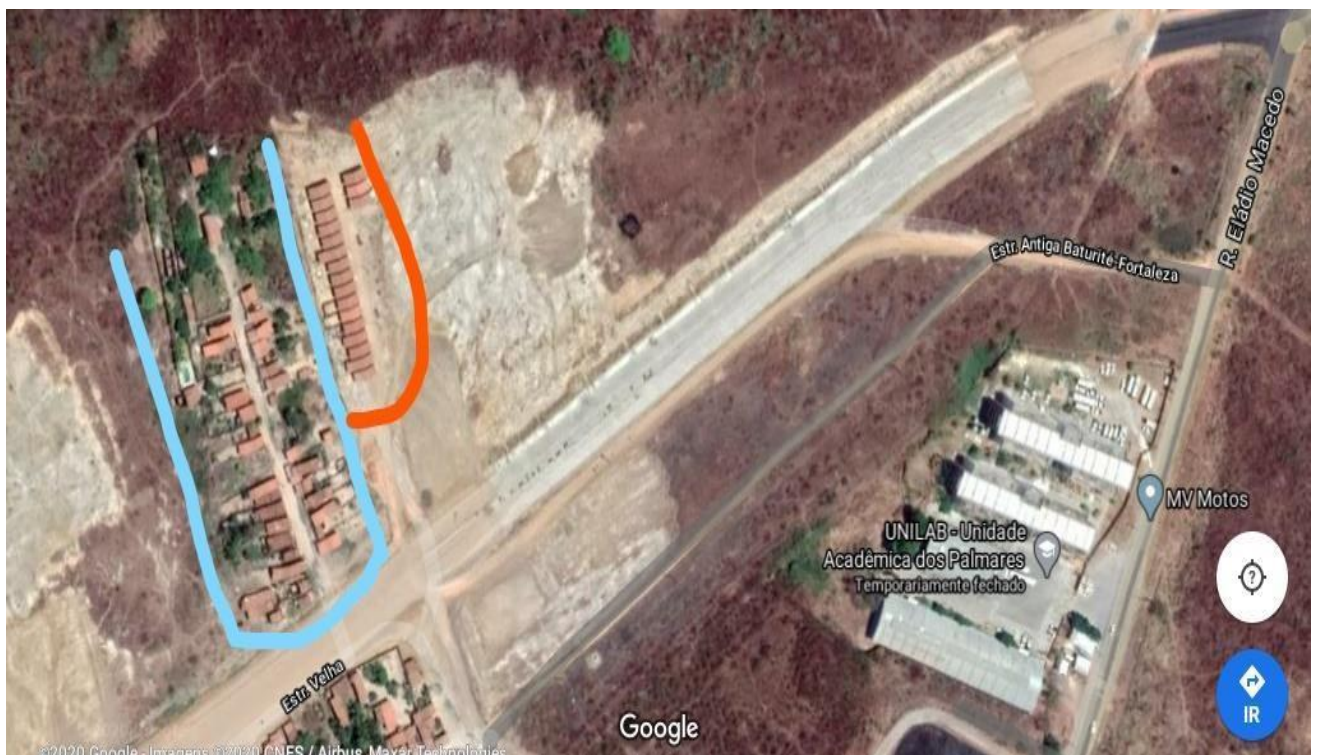


Foto 11: <https://www.google.com/maps/place/Estr.+Velha,+Acarape+-,+CE,+62785-000/@-4.2136868,-38.7051664,782m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x7bf3587f66420b5:0xb3dc0dd0ded0c244!8m2!3d-4.2136922!4d-38.7029777>. Acesso em: 19 ago de 2020.

No início do processo de desapropriação, os extensionistas da rede realizaram conversas informais com os moradores tentando entender como eles/as viam essa mudança. Dado já ter ocorrido uma proposta semelhante anteriormente, como mencionado acima, algumas moradoras, em meio a risadas tímidas, diziam não acreditar nesta nova construção, e se mantinham despreocupadas. Porém ao longo do ano de 2019, já em março, houve conversas formais entre a dona do terreno e a construtora, para a efetivação do contrato. Uma das moradoras, que irei chamar aqui de G, recorda que em meados de maio/junho de 2019 alguns dos moradores que tinham suas casas na entrada da comunidade foram chamados para assinar um documento sobre a desapropriação destas, com a proposta de ganharem outras

casas do lado da comunidade, portanto próximo de onde moravam. Esses moradores que aceitaram a proposta, foram para casas de parentes na cidade ou de algum amigo na própria comunidade, e esperaram as casas novas serem feitas para poderem se mudar.

A construção dessas novas casas levou menos de três meses. O terreno que foi utilizado não apresentava condições favoráveis para plantio de árvores e nem outras plantas. Como uma forma de averiguar as condições do solo naquela área, discentes do curso de Agronomia da Unilab foram até o local. Depois das análises, foi possível constatar que o terreno apresentava bastante material de construção na parte subsuperficial do solo, o que impossibilitava o desenvolvimento vegetativo sem antes haver um manejo adequado para a recuperação do solo. Segundo relatos dos moradores que receberam as novas casas, elas apresentavam serem um pouco tortas, pequenas e se movimentavam um pouco com o vento. O que causou medo e indignação por parte deles, porém não houve nenhum movimento que demonstrasse maior revolta por parte deles.

A imagem a seguir mostra algumas das casas padronizadas que foram construídas no novo terreno, formando a Estrada Nova. Os moradores se queixavam também sobre não ter árvores no local, asfalto e iluminação pública. As casas recebem todo o calor do sol na parte do dia, deixando o ambiente quente, já a noite a parte externa fica toda no escuro. Só funcionando a energia de dentro das residências.



Uma preocupação dos moradores atingidos é que a empresa responsável pela obra pediu os documentos deles/as para passarem a ter aquelas casas nos seus nomes, e segundo a moradora M, demorou quase cinco meses para que os documentos pessoais voltassem para os moradores, somente a escritura das casas não veio ainda:

disseram que nós ia ganhar indenização primeiro e depois pegar os documentos, mas depois desse dia para fazer as casas, né. Aí pegaram meus documentos para dizer que ia ser tudo nosso, só que até hoje não recebi o documento da casa, entendeu? É nosso, mas a gente fez, deu certo... deu tudo, mas até hoje a gente não recebeu os documentos. O homem desapareceu da empresa entendeu? (Moradora M, 2020)

Em meio a todo o período de construção dessa CE 060, os moradores vêm demonstrando preocupações se seriam ressarcidos, se teriam suas novas casas e quais as condições delas. Esse movimento demonstra uma situação “de mãos atadas”, que como eles não teriam direito legal sobre o terreno, mesmo alguns deles morando há mais de 7 anos lá, não teriam poder para reclamar. Estariam apenas torcendo que pudessem ainda ter um teto sobre suas cabeças.

3.2 Reorganizando as brincadeiras e a preocupação das mulheres com as crianças

Durante o processo de construção da nova pista, observei que as crianças e jovens começaram a reorganizar os locais das brincadeiras. Primeiramente, como a pista passa na Estrada Velha, algumas das crianças utilizavam os tijolos da construção para fazerem brinquedos como casinhas, cadeiras e colocavam os tijolos no chão, entre espaços curtos, para pularem entre eles como se fossem obstáculos, para se aventurarem naquele mundo de concreto. Nesse contexto, o texto sobre as crianças beiradeiras, de Ferreira e Martins (2019, p. 17), fala sobre esse (re)existir através das brincadeiras, mostrando que essas crianças da comunidade de Teixeira de Freitas/BA a beira da BR110, fazem seus novos lugares de brincar, utilizando materiais como madeira, caixotes, e o urucum

“[A]pós montar eles brincam em seu espaço escondido, seja de gangorra ou com uma rede que é balanço, seja com um buraco ao chão que seria ou será uma cisterna e vira uma brincadeira de pular dentro, ou caixotes de feira que se transforma em uma brincadeira de subir e descer, além de vários lugares para se esconderem.” (FERREIRA e MARTINS, 2019, p. 17)

É através desse brincar, que as crianças vão experienciando cada local do território, criando sua relação de afeto com ele, conhecendo cada parte, deixando espalhados os carrinhos, as chinelas, os caixotes e pedaços de madeiras pela comunidade, demonstrando assim, a existência delas. E assim, na Estrada Velha, no decorrer dos dias, observamos mulheres, crianças e jovens fazendo caminhadas, exercícios físicos e brincadeiras de pega-pega, em meio a poeira que a obra na estrada deixava. Por causa do caminhão de construção que despejava terra, arisco (terra mais grossa), cimento e tijolos soltos, isso ainda dificultava o caminhar de um lado para o outro dos moradores. De todas as formas, esse movimento, pode

ser lido como uma (re)apropriação do ambiente e uma (re)organização das atividades a partir das mudanças que a obra causava. Todavia, também pode ser pensado como a falta de equipamentos e/ou espaços próprios para o lazer da comunidade.

Para compreender como se dá o processo de (re)apropriação, o antropólogo Frúgolí Jr (1995, p. 35) relaciona, em seus estudos, os sujeitos e grupos sociais com suas formas de estar e ser no espaço. Aponta que:

“[...] vários grupos sociais imprimem determinados usos do espaço público, seja para a circulação ou a ocupação cotidiana, definindo, em decorrência, alguns padrões de interação, a partir dos quais torna-se possível mapear as ruas, refletir sobre os grupos sociais que buscam se apropriar delas, os conflitos decorrentes dessas ocupações diversificadas, os destinos desses espaços públicos em sua dimensão cotidiana.” (FRÚGOLÍ JR., 1995, p. 35)

Sendo assim, o que as crianças – em meio as suas brincadeiras - e as mulheres estavam fazendo era apropriar-se do espaço público, trazendo seu cotidiano na forma de extensão de suas atividades para a CE 060, circulando e ocupando aquele novo espaço físico.

Durante toda a pesquisa, houveram apenas conversas com as mulheres, fato que pode ser explicado pelo motivo de que são as mulheres as mais visíveis no cotidiano da comunidade. São elas que estão na cadeira de balanço em frente suas casas, em pé na frente da porta observando o movimento de ir e vir das pessoas, em rodas de conversas com outras moradoras e no bar jogando cartas e ao mesmo tempo preparando o almoço da família. São destas mulheres que trabalhos como o de Macedo (2008) ao falar de lares chefiados por mulheres pobres e de Fonseca (2004) analisando documentos do sec. XIX sobre famílias pobres brasileiras, discutem esse panorama de famílias extensas. Famílias com mulheres sendo as provedoras do lar, tendo triplas jornadas de trabalho para sustentar filhos, mães, netos e agregados dentro de casa. E é o que ocorre dentro da comunidade, que ao mesmo tempo que preparam a refeição, também estão de olho na criança, na fofoca, no entra e sai dos moradores e se preparando ou vindo do trabalho, o que faz delas serem ótimas interlocutoras sobre a dinâmica da comunidade.

Nas conversas com as mulheres, elas demonstravam receio com o que poderia acontecer de negativo com seus filhos depois da pista concluída. Entre os medos que salientavam, estavam a velocidade dos automóveis e os abusos sexuais. Sobre primeiro, uma moradora disse “Deus me livre do meu fi andar por aí. Já tá dentro de casa, não vai sair, não!”; e outra “agora tô fazendo uns exercícios lá [na pista], mas não solto minha filha pra ir

sozinha”. No mesmo sentido, outras mães também demonstravam a preocupação sobre as crianças serem atropeladas e o precário sistema de saúde da cidade “um é atropelado, e aí? Vamos levar pro posto, onde num presta nada pra nós?”.

Nestas conversas, estas mulheres expressavam não apenas os impactos desta nova pista nas suas vidas e nas vidas das suas crianças, mas também expressavam seus medos. As ações de “guardar” o/a filho/a dentro de casa ou não soltar a mão dele enquanto caminha, tem se tornado atos corriqueiros desde a construção da rodovia, fazendo estas mães tomarem decisões que podem embaraçar as brincadeiras e/ou limitar até onde elas podem ser feitas. Essa nova duplicação, se por um lado veio trazer um espaço traçado, ordenado e reorganizado para passar, entrar e sair da comunidade, também veio trazer receio de elementos conhecidos e perigosos.

A outra preocupação dessas mulheres era sobre a possibilidade de acontecerem abusos sexuais já que não se trata de algo superficial ou imaginário. Segundo a reportagem do jornal O Povo de 05 de agosto de 2019⁵, no Nordeste, o estado do Ceará é o que apresenta o maior número de locais para a exploração sexual de crianças e jovens: cerca de 180 pontos de vulnerabilidade, entre rodovias e estradas federais brasileiras. Também é possível verificar dados e locais vulneráveis em todo o Brasil através do Observatório de Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil⁶, no qual pode-se buscar dados por estados, cidades e municípios.

A preocupação destas mulheres fica ainda mais evidente quando observamos esses dados, mas principalmente, é sobre o que elas observam no seu dia a dia. A vivência delas demonstra uma visão sobre abusos sexuais que crianças e jovens pobres podem sofrer durante seu crescimento. De acordo com dados apresentados no portal de notícias G1⁷, desde o começo do ano de 2020, cerca de 418 crianças e adolescentes foram vítimas de crimes sexuais só no Estado do Ceará, esse número pode ser ainda maior já que nem todos os casos são denunciados.

⁵ <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/08/05/ce-tem-o-maior-n---de-pontos-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-do-ne.html#:~:text=O%20Estado%20possui%20a%20maior,em%20rodovias%20e%20estradas%20federais&text=O%20Cear%C3%A1%20apresentou%20180%20pontos,maior%20registro%20da%20regi%C3%A3o%20Nordeste>. Acesso em: 23 jan de 2021.

⁶ <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/>. Acesso em: 23 jan de 2021

⁷ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/21/registros-de-crimes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-caem-87percent-no-ceara-subnotificacao-durante-a-quarentena-preocupa.ghtml>. Acesso em: 23 jan de 2021.

Os dois pontos que as moradoras levantaram - a velocidade dos automóveis e a violência sexual - se conectam quando estudos do movimento de enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), analisam a participação nesta violência de caminhoneiros que se utilizam de caronas para praticar o comércio sexual em bares e/ou rotas de estradas, dentre outras formas. O principal alvo desses abusos são crianças em estado de vulnerabilidade socioeconômica, moradoras de rua ou não, que estão sozinhas ou não e que são aliciadas por um adulto para este fim. A psicóloga Marília Novas da Mata Machado (2006) em seu trabalho sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, pesquisou a relação entre a estrada e esses abusos em sete cidades do Vale do Jequitinhonha - MG, todas localizadas próximo à BR116. A autora evidenciou que a estrada é o lugar da prostituição aberta, embora camuflada como carona. As crianças e os adolescentes são levados ao movimento de ir e vir de um caminhão ao outro. Isso possibilita também que os menores possam ir até outros clientes em outras cidades através dessas “caronas”.

Observando os relatos das mulheres, a pesquisa da Machado e os dados dos portais de notícia, podemos relacionar os pontos em comum, quais sejam, as estradas e a população pobre. Isso não significa de forma alguma que irá acontecer esses abusos na comunidade da Estrada Velha, porém é colocado aqui como um dos elementos explicativos para as crianças estarem reorganizando seus espaços de brincadeiras com as outras e sendo vigiados mais de perto pelas mulheres.

Um ponto que foi destacado como positivo pelas moradoras da comunidade diz respeito as oportunidades financeiras. Elas vislumbram a construção de barracas de comidas, venda de alimentos e de água, nas margens dessa nova pista. Como observam acontecer por Redenção, Acarape e Fortaleza. “seria bom levantar uma barraca ali e outra ali pra vender nossas coisa. É uma forma de ganhar algum dinheiro com esse negócio [pista] aí”. Essa é uma ótima ideia para levantar uma renda extra para elas, pois a maioria vive com programas do Governo, ou trabalhando como doméstica ou em fábricas de costura em Redenção ou Acarape. No entanto, até este ponto da pesquisa não houve a abertura de nenhum tipo de comércio pelos moradores.

3.3 Resistir e (re)existir através da das brincadeiras na CE - 060

Durante as minhas idas a campo, de 2017 até início de 2020, pude observar algumas mudanças nos tipos de padrões de brincadeiras feitas pelas crianças. Essas mudanças, eu entendo, advém de uma nova ordem para circular entre as ruas. Foi observado que desde a mudança do espaço físico, os moradores começaram a circular por outro caminho, em vez de descerem a rua até a casa da vizinha G, agora cortam o caminho entre as casas, pois a casa dessa moradora está na Estrada Nova. E quando os moradores da Estrada Nova querem ir ao posto, passam pela Estrada Velha e pegam o caminho da pista até o seu destino.

Essas mudanças também afetaram as brincadeiras infantis. Como já mencionado no capítulo 2 deste trabalho, as crianças experienciavam a Estrada Velha de um ponto ao outro com suas brincadeiras e saberes sobre o território. No entanto, agora durante a construção da CE – 060 estava sendo diferente. Desde a construção da pista, o corre-corre se tornou mais curto, corriam e empinavam pipa na pista, onde não se tinha mais a sensação de subir até o ponto mais alto da comunidade, o esgoto também se tornou um obstáculo para correr livremente, estava cheio de restos de materiais de construção, pedras, embalagens de cimento e muita terra. Não tinha mais a casa amarela a direita ou a azul a esquerda, ambas no início da comunidade – os moradores destas casas se mudaram para o outro lado – e as casas se tornaram cinzas. Não era muito favorável brincar no outro lado [Estrada Nova], lá era de terra batida, muito quente, pois não tinha nenhuma árvore para fazer sombra e não havia iluminação pública durante a noite.

Como já mencionado anteriormente, os moradores se (re)apropriaram do espaço físico, através de atividades de lazer, como a senhora G e sua filha. Os moradores encaravam aquela construção como uma extensão da sua rua, o mesmo lugar só que agora com uma nova estrutura. As crianças foram o maior público que se movimentaram nessa reorganização espacial, com as brincadeiras transferidas para aquele novo ambiente, onde buscavam sentir e deixavam explorar a sua imaginação. E como nos diz Ferreira e Martins (2019, 18),

“Brincar é a forma da criança imaginar o real, de forma lúdica constrói o que vive. As ausências de brinquedos ou espaços coletivos não são impeditores de que as brincadeiras aconteçam e principalmente que essas crianças apresentem como é estar no espaço.” (FERREIRA e MARTINS, 2019, p. 18)

Esse novo sentido que as crianças davam àquela área, podemos ler como um modo de visibilizar-se e de resistir coletivamente, um modo de afirmar que elas estavam ali e ficariam ali, mesmo tirando suas casas e mudando eles de local. Estaria aí a expressão que tenta captar

parcialmente o modo como as crianças apropriam-se das situações e dos espaços nas suas brincadeiras cotidianas, pois eram através delas que demonstravam ser da Estrada Velha na cidade de Acarape. Assim, como nos demonstra Ferreira e Martins (2019, p. 12) que essas infâncias se fazem presentes no território através de suas brincadeiras, mostrando também por onde circulam,

[B]rinquedos por entre as casas e pelos quintais gritavam a existência das crianças e confirmavam o brincar intrínseco à criança que constitui a ideia de infância, “a infância uma dimensão da vida humana. E o brincar uma dimensão da infância.” (FERREIRA e Martins, 2019, P. 12)

Não esqueçamos de que estas crianças e jovens que aparecem no decorrer do trabalho, formam uma comunidade do interior do Ceará, com índice alto de vulnerabilidade socioeconômica e tratados com preconceitos por parte da sociedade abrangente, acumulando vários tipos de exclusões, inclusive a racial, já que um dos fatores está ligado à cor da pele, uma vez que a maioria dos moradores são negros.

Este capítulo demonstra a construção da duplicação da CE 060 e as implicações desta no espaço geográfico da comunidade da Estrada Velha, apontando a reorganização das brincadeiras e a preocupação das mulheres com as crianças. Mostrando quais foram as dificuldades que os moradores apontaram sobre a desapropriação de suas casas, a precarização das novas moradias e a situação de não terem com quem reclamar sobre a o terreno e as casas tortas. Tudo isso se cruzando com a circulação de crianças, sendo as crianças as que mais circulam pelo ambiente, demonstrando as condições das casas novas, do terreno de terra batida e a sujeira que fica depois da construção. Tendo suas brincadeiras afetadas por ela.

Deve se ter atenção ao que as crianças nos dizem através de palavras, gestos e ações. Pois elas, durante esta pesquisa, recriaram os novos espaços estendendo as brincadeiras e atividades físicas para a pista, circulando também pelos novos lugares criados na comunidade, como a Estrada Nova. Assim, atentar-se para o que as crianças da Estrada Velha têm a dizer, silenciosamente ou não, sobre o que é estar à beira da pista, é uma forma de refletirmos sobre a circulação de crianças e como estas se percebem no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi pensar o por que a circulação de crianças acontece, principalmente quando observei acontecer em comunidade interiorana. Demostrei como as mudanças socio espaciais, mesmo vindas de outro continente, podem e interferem na ordem social de quem mora em uma comunidade periférica brasileira, situada no interior do Estado do Ceará. Para tanto, eu passei pela história do arranjo da família nuclear (na Europa e no Brasil), onde observei as algumas nuances encontradas dentro da história feminina, tendo que ser submissa a diversas formas de violência, principalmente o julgamento de uma sociedade patriarcal. Por sua vez, a infância posta aqui como um vínculo quase que inseparável da mulher, se vê, com frequência em circulação entre casas, familiares e não familiares. Eu tentei demonstrar, através do que encontrei nas literaturas e na comunidade, como estas figuras de família nuclear ainda já não se mantem diante as condições socioecômicas brasileiras, fazendo surgir uma extensão desse núcleo familiar.

No capítulo 1, eu trouxe essa breve história social da mulher e da criança demonstrando que ambos andavam em circulação ainda que por motivos diferentes e acabavam configurando uma imagem indesejada. Apontando s termos de mulher pura e santa ou daquela que encarna os devaneios masculinos. Mesmo essas duas tendo um papel diferente na sociedade, continuam assando por dificuldades, assujeitamento e violência. E a mulher negra, divorciada e/ou abandonada (pela família ou pelo companheiro) estaria configurando os primeiros indícios de chefias feminina do lar ainda durante o Brasil Colônia.

No capítulo 2 foi observado a minha experiência como pesquisadora dentro da comunidade da Estrada Velha. Pude analisar o percurso da família extensa e a circulação infanto-juvenil, quase como sequência das ordens que apareceram no capítulo anterior. A mulher, aqui no capítulo 2, também mantém a chefia de família, assumindo a dupla jornada de trabalho ao cuidar dos seus filhos e de outras crianças e agregados. E estas crianças circulavam entre as casas da comunidade, permanecendo, por muitas vezes, semanas ou meses com outra família conhecida que a mãe tinha na teia confiança.

No capítulo 3 trouxe a discursão da modificação e reorganização no cotidiano desta mesma comunidade que passou por mudanças físicas a partir da construção da CE 060. Essa análise fomenta a discussão apresentada no primeiro capítulo no momento que falamos sobre o apagar – ou a invisibilidade - da história de pessoas pobres, como as mulheres negras, mães solas e crianças que não se enquadravam na ordem social daquela época. A existência de uma

comunidade que é excluída pela população, coloca ela como resistência no momento que seus moradores “tomam” a pista para si, através da extensão de suas atividades corriqueiras, correr, caminhar e brincar. Ainda que carregado com desconhecimento dos seus direitos perante a lei.

Finalmente este trabalho quis discutir a circulação de pessoas “indesejadas”. Esta realidade, as mulheres e crianças, são excluídas do público, trazidas para o privado, para não demonstrarem quem são: seus desejos, lutas, as distintas violências que sofrem e os seus silenciamentos. Evidenciando o descaso com esses moradores. A partir do momento que encontramos cenários parecidos em nossa volta, vemos o quão urgente é trazer essa discussão para dentro do campo acadêmico antropológico como estudiosos do “outro” e do “próximo”, como também para a comunidade em geral. Não deixar a discussão apenas no privado das paredes do prédio, mas trazê-la para dentro da academia, de rodas de conversas entre amigos, redes sociais e para dentro das casas.

Que as discussões sejam mais abertas a outras vivências e sobre outras vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Phelippe. **História Social da Criança e da Família**. LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Travessa do Ouvidor, 11 Rio de Janeiro, RJ--CEP 20040, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, M., PHELIPPE, A. **Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. Percentual de casas com comando feminino salta de 25% em 1995 para 45% em 2018, com inserção no mercado de trabalho**. Estado de Minas Economia – 02/2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml. Acesso em: 08 jul. 2020.

BARNA, Augustin. **Circulación de niños: Entre actuaciones estatales e iniciativas populares**. Runa /40.2 noviembre-abril (2019). doi: 10.34096/runa. V. 40i2.6272.

BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil**. In: Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/#:~:text=O%20movimento%20feminista%20no%20Brasil,das%20mulheres%20ao%20dos%20homens>. Acesso em: 25 jul de 2020

CAMPOS, M. M. M. Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de Souza (coord.), **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

COHN, C. **Concepções de infâncias e infâncias no Brasil: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil**. Porto Alegre, Civitas v. 13 n. 2 p. 221-244 maio-ago. 2013

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, EdUnb, 1993

DIAS, Maria Odila Silva. **A condição feminina e suas historicidades, estudos feministas**. In: Estudos Feministas. N. 2/93. Ano 1, segundo semestre 93. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16080/14615>. acesso em: 12 abr de 2020.

DIAS, Maria Odila Silva. **Mulheres sem História**. Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, 1983.

DORNELES. E. B. **A Falta De Limites: Processos De Moralização Infantil Em Uma Instituição De Educação De Crianças Pequenas Em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2018

ECKERT, Cornelia; ROCHA, A. L. C. da. **“Etnografia: saberes e práticas”**. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

FERRAZ, Thaís. **Dia do Orgulho LGBT: conheça a história do movimento por direitos.** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/dia-do-orgulho-lgbt-conheca-a-historia-do-movimento-por-direitos/>. Acesso em: 29 jan de 2021.

FERREIRA, A. da L.; MARTINS, H. T. **Infâncias Beiradeiras: como é ser criança à beira da BR-101?** 43º Encontro Anual da Anpocs. Infâncias, adolescências e juventudes – pesquisas acadêmicas e políticas públicas. MG, 2019.

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, C. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse.** Cad. Pagu, nº 26 Campinas Jan./June 2006 <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100002>.

FONSECA, C. O abandono da razão descolonização de discursos sobre infância e família. Publicado em **Psicanalise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil** (Edson André de Souza, org.). Porto Alegre: Artes Medicas, 1999

FONSECA, C. **Olhares Antropológicos sobre a Família Contemporânea.** Pesquisando a Família. Florianópolis, 2004.

FONSECA, C. **Quando Cada Caso Não é Um Caso.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: **História das mulheres no Brasil.** Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de texto) 9. ed. – São Paulo:Contexto, 2007

FOOTE-WHYTE, W. **Treinando a Observação Participante.** In: GUIMARÃES, Alba Z. Desvendando Mascaras Sociais. Livraria Francisco Alves, S. A. Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1980.

FRÚGOLI JR, H. **Espaços públicos e Interação Social.** São Paulo: Marco Zero, 1995

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

GÓIS, C. W. L. (2005). **Psicologia comunitária: Atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.

GÓIS, C. W. L. (2012). **Psicologia clínico-comunitária.** Fortaleza: Banco do Nordeste.

HEBSTER, Jósien. **Governo do Ceará inicia obras de duplicação no trecho Pacatuba – Redenção.** In: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/06/14/governo-do-ceara-inicia-obras-de-duplicacao-no-trecho-pacatuba-redenca/>. Acesso em: 23 jan de 2021

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente.** Porto Alegre: Artmed, 2004

KORCZAK, J. **Quando eu voltar a ser criança.** São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

KÜPEL, V. F. **O Concubinato sob uma perspectiva histórica (Antigüidade)**. In: Migalhas de Peso. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/45925/o-concubinato-sob-uma-perspectiva-historica-antiguidade>. Acesso em: 8 mar de 2020.

LEITE, Iika Boaventura. **TERRAS E TERRITÓRIOS DE NEGROS NO BRASIL**. Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- UFSC ano I, nº 2, 1990

LEITE, Miriam Moreira. (Org.) **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de visitantes estrangeiros**. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LIMA, A. R. S. **Educação Para Mulheres na América Latina: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper**. Ed. 1. – Curitiba: Appris, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=HpqeDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=inauthor:%22Adriane+Raquel+Santana+de+Lima%22&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjE7piKt4LqAhUBILkGHY4aCj0Q6AEIJzAA#v=twopage&q=adestramento&f=false>. Acesso em: 04 de abr de 2020.

MACEDO, Marcia dos S. **Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da Pobreza**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389 – 404, Maio/Ago. 2008.

MACHADO, M. N. M. (2006). **A fofoca, o estigma e o silêncio: Crianças e adolescentes em situação de exploração sexual**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 58(2),2-10.

MAGNANI, José Guilherme C. **Antropologia e Estudos Urbanos: De onde viemos, para onde vamos**. Revista de Antropologia, USP, São Paulo (online), vol. 59, n. 3. P. 174-203, 2012. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/magnani_antropologia_urbana.pdf. Acesso em: 27 jan de 2021

MARANTE, L.R.P. **A reconstrução do sentido de comunidade: Implicações teórico-metodológicas no trabalho sobre a experiência de sentido de comunidade**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação Integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2010.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1999**. Fórum as Transformações Recentes da(s) Família(s) Brasileira(s). In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Brasília, 2000.

MELO, E. C. **Registros de crimes sexuais contra crianças e adolescentes caem 8,7% no Ceará; subnotificação durante a quarentena preocupa**. In: PORTAL DE NOTÍCIAS, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/21/registros-de-crimes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-caem-87percent-no-ceara-subnotificacao-durante-a-quarentena-preocupa.ghtml>. Acesso em: 23 jan de 2021

MOURA JR, J. F; LIMA, A. A. S; FERREIRA, F. G. S. **Infância em situação de pobreza: relatos de experiências interseccionais da extensão universitária na Estrada Velha-Acarape/CE**. In: COSTA, G; Silva; E. R. O. (Org). **Experiências em ensino, pesquisa e**

extensão na Unilab: caminhos e perspectivas. 1ª. ed. Fortaleza: Imprece, 2018, v. 3, p. 434 - 448.

MOURA JR, J. F.; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V.M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR. J. F. (Org.). **Implicações Psicossociais da pobreza.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 263 - 288.

MOURA, David. **Ceará é o estado do Nordeste com maior número de pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes.** In: O Povo Online. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/08/05/ce-tem-o-maior-n---de-pontos-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-do-ne.html#:~:text=O%20Estado%20possui%20a%20maior,em%20rodovias%20e%20est radas%20federais&text=O%20Cear%C3%A1%20apresentou%20180%20pontos,maior%20registro%20da%20regi%C3%A3o%20Nordeste>. Acesso em: 23 jan 2021

MOURA, Joyce Maria de. **A infância na idade média aos tempos atuais.** UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”, AVM FACULDADE INTEGRADA. Rio de Janeiro, 2015.

Observatório da Prevenção e Erradicação do trabalho Infantil. In: SmartLab. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/>. Acesso em: 23 jan de 2020.

PINHATA, Thais. **Relatório da ONU indica que fome no Brasil, que antes diminuía, voltou a crescer.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/07/22/relatorio-da-onu-indica-que-fome-no-brasil-que-antes-diminuia-voltou-a-crescer/>. Acesso em: 29 jan de 2020.

PODER PÚBLICO. **Tempo de política.** Disponível em: <https://tempodepolitica.com.br/poder-publico/>. Acesso em 30 jan de 2020.

POLVORA, J. B. **Quando Raça se Evidencia no Espaço: apontamentos desde uma vila em Porto Alegre.** Iluminuras, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p.171-184, ago./dez. 2014

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cKdTDwAAQBAJ&pg=PT113&lpg=PT113&dq=da+Legisla%C3%A7%C3%A3o+Social,+em+1919,+v%C3%A1rios+deputados+colocaramse+contra+o+trabalho+da+mulher+e+das+crian%C3%A7as,+em+defesa+da+moralidade+familia&source=bl&ots=vW3CpcoiLU&sig=ACfU3U2CCmsETIAliZo1j1Vn3B2TWP2C1Q&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjApuOz1oLqAhVQI7kGHV0PDnUQ6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q=da%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Social%2C%20em%201919%2C%20v%C3%A1rios%20deputados%20colocaram-&f=false>. Acesso em: 08 de mai de 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem L.S. **A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões.** Cad. Pesqui. vol.40 no.141 São Paulo Dec. 2010.

SARRIERA, J. C.; MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; RODRIGUES, A. L.; **Sentido De Comunidade Como Promotor De Bem Estar Em Crianças Brasileiras.** Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP) 2016, Vol., 50, No. 1, pp. 106-116

SIGAUD, L. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil**. Cuadernos de Antropología Social Nº 20, pp. 11-23, 2004 © FFyL - UBA - ISSN: 0327-3776

SILVA, C. G; CASSIANO, K. K; CORDEIRO, D. F. **Mãe solo, feminismo e Instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Goiânia - GO – 22 a 24/05/2019

SILVA, J. R. **Desvendando o universo feminino a partir do romance histórico Desmundo de Ana Miranda**. UEPB, Monteiro-PB, 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/17520/1/PDF%20%20Janiele%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 23 de fev de 2020

SOUSA, V. L. **As Relações do Feminino no Magistério no Brasil**. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Eixo – Formação de Professores, ISSN 2176-1396. 2019. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27101_13340.pdf. Acesso em: 23 de fev de 2020

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Editor: Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1978.

VYGOTSKY, Lev. S. **A Formação Social da Mente**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

WAGNER, Roy. “A presunção da cultura” e “Cultura como criatividade”, *in A invenção da cultura*. São Paulo: COSACNAIFY, 2010. pp. 27-48 e 49-74.)